



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2646/15	DATA: 03/12/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 15h01min	PÁGINAS: 95

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - Representante do Comitê no Distrito Federal da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

MARCIA SARPA - Representante do Instituto Nacional do Câncer — INCA.

PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Regional do Trabalho no Estado de Pernambuco e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Diretor do Escritório no Estado do Ceará da FIOCRUZ — Fundação Oswaldo Cruz e Coordenador do Grupo de Trabalho Saúde e Ambiente, da ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

JOÃO SUENDER - Representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de acompanhamento da população exposta a agrotóxicos no Distrito Federal.

SUMÁRIO

Debate sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.

Houve manifestação na plateia.

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções ininteligíveis.

Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Bom dia a todas e a todos os que vieram a esta audiência pública.

Hoje é um dia meio movimentado aqui na Câmara, como todos imaginam, e o nosso Presidente, o Deputado Átila Lira, ainda não pôde comparecer e me autorizou a iniciar os nossos trabalhos.

Como proponente desta audiência pública, gostaria de convidar para fazer parte da nossa Mesa o Dr. Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva, Procurador-Geral Substituto da Procuradoria Regional do Trabalho no Estado de Pernambuco e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (*palmas*); o Sr. João Suender, representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da População Exposta a Agrotóxicos no Distrito Federal (*palmas*); o Sr. Fernando Ferreira Carneiro, Diretor do Escritório no Estado do Ceará da FIOCRUZ — Fundação Oswaldo Cruz e Coordenador do Grupo de Trabalho Saúde e Ambiente da ABRASCO — Associação Brasileira de Saúde Coletiva (*palmas*); a Dra. Márcia Sarpa, representante do INCA — Instituto Nacional de Câncer (*palmas*); e o Sr. Fábio dos Santos Miranda, representante do Comitê no Distrito Federal da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. (*Palmas.*)

Para um aquecimento, faremos a apresentação de um ligeiro vídeo.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Bem, o vídeo é autoexplicativo, não precisaríamos falar mais nada.

Quero agradecer a cada um dos nossos convidados que vieram de longe e atravessaram dificuldades para estar aqui conosco neste dia, em que o mundo inteiro lembra a tragédia que aconteceu em Bhopal, na Índia, em 1984, quando houve um vazamento de gás em uma das unidades de produção da Dow Chemical que provocou a morte de milhares de pessoas e sequelas em outros tantos milhares que não se sabe nem precisar o número de pessoas que foram vítimas dessa tragédia.

Aliás, tragédias são o que marca o nosso tempo. Enquanto o Brasil continuar com esse modelo de grande produtor e exportador de *commodities*, outras tragédias poderão acontecer: as mineradoras vão continuar fazendo o que fizeram



recentemente em Mariana, e vai continuar a produção de outra espécie de *commodities*, os grãos, o que pode também estar levando a uma tragédia invisível, pouco dimensionada, que é exatamente o objeto deste debate.

Os nossos especialistas convidados poderão trazer hoje as suas contribuições para que nós na Câmara dos Deputados também marquemos, por meio da Comissão do Meio Ambiente, o nosso posicionamento, a nossa reflexão e principalmente o nosso compromisso, assumido neste mandato, de defendermos essa causa ainda frágil na nossa sociedade.

Apesar de a Ministra Kátia Abreu dizer que há um movimento muito organizado e expressivo, que consegue difundir um preconceito contra os defensivos agrícolas — esse eufemismo utilizado para falar de veneno —, o fato é que nós precisamos de muito mais energia, de muito mais força para poder, por exemplo, arrancar do papel o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos — PRONARA, idealizado pelo Governo, que ouviu a sociedade civil, as instituições de pesquisa, a Academia. Esse programa deveria ter sido implantado desde novembro do ano passado e, certamente por pressões de grupos econômicos, por poderosos interesses de empresas produtoras de veneno, o PRONARA até hoje não foi implantado.

O Vítor, nosso assessor nesta Comissão, deixou aqui uma proposta de roteiro, mas eu vou sair dela — viu, Vítor? —, vou ficar no improviso. Vou pedir para o documento escrito constar dos Anais da Casa, mas eu preferi sair do roteiro para poder dar notícia a todos de que nós fizemos um abaixo-assinado para questionar por que o PRONARA não sai do papel. Ainda ontem tivemos essa ideia. Esse programa visa exatamente à disseminação de práticas que, embora novas, já existem aqui no Brasil, felizmente, mas são invisíveis ainda para a sociedade — práticas de pequenos produtores rurais, pequenas experiências que poderiam se converter em grandes projetos de produção para o Brasil, de acordo com os conceitos da agroecologia, da sustentabilidade. Nós poderíamos estar aproveitando essa biodiversidade imensa que o Brasil tem, essa riqueza, em vez de seguir o modelo imposto goela abaixo, digamos assim, por essa divisão internacional do trabalho que faz com que o Brasil se coloque na mera condição de produtor de



commodities para saciar a voracidade dos grandes interesses corporativos internacionais.

Ontem, em meio a discussões políticas completamente diferentes, eu ainda consegui rapidamente as assinaturas de apoio de 35 colegas, independentemente de partido, gente do Governo, gente da Oposição. Eu até queria contar para os senhores que o ex-Governador de Mato Grosso, o Deputado Zeca do PT — que eu inclusive convidei para esta reunião, ele deve passar por aqui —, quando eu pedi sua assinatura, disse: *“Augusto, eu assino”*. Eu disse: *“Não sei se você tem dificuldades”*. Ele disse: *“Augusto, eu pude constatar em Mato Grosso a incidência das doenças, especialmente nas comunidades, nos trabalhadores que trabalham naqueles milhares de hectares de cultura de soja que nós temos em Mato Grosso”*. Ele ficou muito impressionado e acha que realmente é preciso que nós pressionemos o Governo. Esse documento é endereçado ao Ministro-Chefe da Casa Civil, que dirige o PRONARA.

Nossa intenção é recolher mais algumas dezenas de apoio parlamentar para cobrar do Governo a implementação imediata desse programa, que pode ser a ferramenta que hoje falta para cobrar fiscalização, para estimular uma política pública que incentive um modelo de produção diferente deste caminho para o suicídio coletivo por onde estão nos levando.

Ditas essas palavras introdutórias, vamos ouvir os especialistas. Pediria que cada um pudesse expor em 15 minutos, para depois termos tempo para o debate.

Vamos ouvir o Sr. Fábio dos Santos Miranda, representante da sociedade civil, membro do Comitê no Distrito Federal da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O SR. FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, agradeço à Comissão de Meio Ambiente e ao Deputado Augusto Carvalho pela iniciativa.

Não poderia passar em branco aqui na Câmara dos Deputados, que tem sido um ambiente muito ruim para essa luta, este Dia Mundial de Luta contra os Agrotóxicos. Então, parabênizo a Comissão. Desejamos que haja mais espaços para nós sairmos desta sala e tomarmos conta da Câmara toda, que é do que



estamos precisando. Esta discussão não pode ficar só nos bastidores, uma vez que afeta a todos e a todas.

Eu acho que é bom lembrar por que hoje é o Dia Mundial de Luta contra os Agrotóxicos. Há 32 anos, houve uma explosão em uma fábrica na Índia que causou a morte de 20 mil pessoas e afetou 500 mil pessoas, um desastre de proporção gigantesca. Qualquer semelhança com a lama tóxica de agora não é coincidência. Tudo está relacionado, gente! Não se iludam, é o mesmo modelo. Desde então, por razão desse desastre que aconteceu na Índia, celebra-se no dia 3 de dezembro o Dia Mundial de Luta contra os Agrotóxicos.

Este dia que não se resume só a um dia. Nós vamos debater justamente qual modelo de sociedade queremos, e temos que levar essa discussão a todos os lugares possíveis. Ela não pode ficar restrita a determinados espaços.

Essa tragédia ocorreu há 32 anos. De lá para cá, o Brasil se consolidou em uma triste posição: é o maior, ou talvez seja o segundo maior — as duas colocações são péssimas — consumidor do mundo de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

Trago alguns dados que só não assustam a quem defende esse modelo, mas a quem defende a vida assustam bastante. No ano de 2014, foram usadas 914 mil toneladas de agrotóxicos, segundo dados do próprio sindicato das empresas, o que dá cerca de 7,3 litros de agrotóxico por habitante. É uma coisa absurda!

De 2007 a 2014, houve 34 mil intoxicações por agrotóxico. Considerando que há uma subnotificação enorme, esse dado é muito maior. E nem estamos falando das doenças crônicas. Com certeza, a Dra. Marcia vai falar sobre a posição recente do Instituto Nacional de Câncer — INCA sobre isso, dessa ligação clara e evidente, cada vez mais falada, que as pessoas que defendem o uso de agrotóxico dizem que não existe, que é a relação entre doença e uso de agrotóxicos e o seu consumo por meio dos alimentos.

Por fim, apresento um dado que agrada à indústria, a quem defende o agronegócio: o faturamento da indústria, neste último ano, foi de 12,2 bilhões de dólares — 12,2 bilhões —, maior do que o PIB de muitos países. Isso é o que justifica esse modelo, eu não tenho dúvida. É dinheiro concentrado na mão de poucas empresas, de poucas pessoas. A vida, a contaminação ambiental, a injustiça



social, os conflitos no campo, tudo isso é relevado para essa cifra aqui ganhar importância na cabeça deles.

Por que usar tanto veneno? Justamente por essa prioridade, por esse modelo de desenvolvimento que prioriza a produção e a exportação de *commodities*, de matéria bruta, de produtos primários e esquece a industrialização, esquece outro modelo de desenvolvimento que prioriza a agricultura familiar, a agroecologia, o desenvolvimento rural.

Será que não podemos fazer algo melhor? Isso é o que acontece desde o achamento do Brasil. É isso. Será que todos e todas aqui não temos capacidade de fazer algo diferente, de promover um desenvolvimento que pegue as características do nosso povo, do nosso território? que considere a força que o nosso povo tem, a enorme biodiversidade e as riquezas naturais que o País tem? Nada disso importa! Lembrem-se dos 12,2 bilhões de dólares que a indústria lucra.

É muito importante dizer que aqui na Câmara dos Deputados infelizmente temos uma bancada que atua constantemente, insistentemente, de forma muito organizada, eles sim, inclusive ditando regras com outras organizações — sentam-se todos juntos para definir como é a atuação aqui dentro —, que é a bancada ruralista. A bancada que incentiva isso, que emperra o PRONARA, que emperra qualquer tentativa de redução de uso de agrotóxicos na agricultura é a mesma que, de forma coordenada, incentiva a privatização, incentiva e defende empresas como a Vale e a BHP, que causam desastres como o de Mariana. É a mesma bancada.

Quem dera tivéssemos a organização e o poder aquisitivo que essas empresas têm e a influência econômica que exercem no mandato desses Deputados!

Eu questiono: nós realmente precisamos de tanto veneno? Se formos ali ao MAPA conversar com a Ministra Kátia Abreu, ela vai dizer que sim, porque venenos são lindos, não há problema algum, é só preconceito o que há contra eles.

O que nós defendemos o tempo inteiro — e não é uma utopia, é o real — é o que acontece na produção do dia a dia de camponeses e camponesas: é a agroecologia, é a produção orgânica, que não para de crescer. E ela não pode ficar restrita a um grupo que tem condições, agora que se criou um nicho de mercado.



Muitas vezes, o mercado aumenta em 600% o preço de um produto orgânico. Isso é irreal. Não há necessidade disso. Aí se vê a mesma lógica de mercado.

O que defendemos em relação à produção do dia a dia dos camponeses e camponesas é que há necessidade de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro. Isso é plenamente possível e está sendo construído todos os dias.

Há um estudo da Universidade da Califórnia que mostra que a produção orgânica, com medidas muito simples — nem estamos falando de coisas muito elaboradas —, já chega a 92% da produtividade da agricultura química, da agricultura convencional, do agronegócio. Com todas as dificuldades, sem incentivo, com toda essa problemática, com a mídia sendo contra, com todo o poder aquisitivo que o agronegócio tem, a produtividade orgânica já chega a 92% da produção convencional. Em alguns casos, iguala e, em outros casos, passa.

Imaginem se houvesse um pouquinho de incentivo? se houvesse a EMBRAPA Agroecologia, a EMBRAPA Soja, a EMBRAPA Milho, a EMBRAPA Cana? Imaginem se realmente as instituições públicas, a academia e a sociedade como um todo se dedicassem a pensar outro modelo, a construir isso no dia a dia? Onde já estaríamos? Vejam a gama de possibilidades que se tem!

Então, não estou falando de utopia, gente, isso já existe. Quem fala que não existem dados científicos está mentindo, é mentira, como tantas outras mentiras que ouvimos todos os dias quando falamos do tema relativo à produção de alimentos.

É importante dizer também que uma das táticas da bancada ruralista e uma tática do MAPA é a ocultação. Uma coisa muito grave que aconteceu aqui esses tempos, que fere várias normas, fere o Direito de Defesa do Consumidor, foi o fim da rotulagem dos transgênicos.

Se eles não fazem mal, por que querem esconder? Por que querem mudar o nome de agrotóxico, que, para mim, tinha que ser veneno, para defensivos fitossanitários, defensivos agrícolas? Porque querem ludibriar a população, querem esconder o problema, querem esconder que os agrotóxicos estão relacionados com o câncer! É isso o que eles querem fazer. Não existe outra justificativa. Já que não fazem mal, então, por que esconder? Isso é importante ressaltar.

No cenário político, o Deputado falou superbem sobre duas questões aqui, principalmente sobre o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos —



PRONARA, que já devia ter sido lançado, porque é uma parte muito importante do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Esse programa amarra nove Ministérios com mais de 137 medidas e ações concretas para reduzir o uso de agrotóxicos no Brasil.

Desses nove Ministérios, é importante que se diga, só um se posicionou totalmente contra, que foi o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da nossa Ministra Kátia Abreu, por quê? Porque ela quer que se utilize mais veneno. Ela quer colocar mais veneno na mesa do brasileiro! Ela quer que aquele lucro de 12,2 bilhões de dólares aumente muito mais, triplique, porque isso financia campanhas, isso gera uma rede de influências, isso corrompe muita gente.

Enquanto isso, pessoas estão morrendo, degradação ambiental está ocorrendo, injustiças sociais no campo estão ocorrendo.

Portanto, é muito importante destacar, neste momento, o manifesto *A sociedade brasileira exige: programa nacional de redução de agrotóxicos já!* Eu gostaria de deixar na mesa esse manifesto também para ser apensado aos documentos da audiência. Esse documento é assinado por mais de 160 organizações, movimentos sociais, instituições científicas e acadêmicas, redes de agroecologia e outros grupos afins.

Então, essa é uma palavra de ordem para nós. Nós precisamos do PRONARA, precisamos da efetividade do PRONARA. Estamos cansados de contar nossos mortos, estamos cansados de ver tragédias ambientais como a que ocorreu em Lucas do Rio Verde, onde se jogou veneno em cima de crianças!

Agora, nem os recém-nascidos têm oportunidade de se eximir dos venenos. Até no leite materno existe veneno. O Prof. Pignati, da Universidade de Mato Grosso, num trabalho de mestrado orientado por ele encontrou veneno em todas as amostras de leite materno. O que isso quer dizer? Aonde se vai chegar com isso? Já estamos chegando à barbárie. O futuro do Brasil está em risco, toda a nossa potencialidade está em risco por conta dos 12,2 bilhões!

Outro aspecto que abordo é o posicionamento contra o Projeto de Lei nº 3.200, de 2015, apresentado aqui na Câmara, que estamos apelidando de projeto de lei da farra dos venenos. Uma das propostas principais desse projeto é acabar com o nome "agrotóxico". Como eu já disse, querem ocultar, querem enganar a



população. Eles querem desregulamentar toda a legislação vigente, toda! Querem colocar tudo numa comissão similar à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio, que até hoje a única coisa que faz é passar de lavada todas as propostas de transgênicos que há no Brasil, todas! Mesmo contra o princípio da precaução, mesmo com todos os problemas regimentais, mesmo com todas as dúvidas que pairam sobre a utilização de sementes transgênicas, sobre o aumento do uso de agrotóxicos provocado pelos transgênicos, eles querem fazer uma comissão similar à CTNBio, para quê? Para passar tudo.

Se hoje já temos inúmeros problemas, imaginem com esse projeto de lei, que quer desregulamentar a fraca legislação vigente, que é boa, mas não é cumprida. Eles querem desregulamentar isso. É isto, é a farra dos venenos. É por isso que agora uma das frentes de batalha da campanha também é contra esse projeto de lei da farra dos venenos, o Projeto de Lei nº 3.200, de 2015.

O tempo que me resta aqui é o bastante para eu deixar a mensagem final. Nós temos uma palavra de ordem que está na ordem do dia agora. Há várias questões conturbadas aqui na Câmara, mas uma das coisas que temos que nos esforçar para mudar é o sistema político brasileiro.

A bancada ruralista se fundamenta no financiamento privado de campanhas, no financiamento de empresas como a Monsanto, a Syngenta, a própria Vale. Se não mudarmos isso, vamos sempre bater na mesma tecla. Esses representantes não estão representando o povo brasileiro. Eles estão representando quem financia a campanha deles.

Então, nós lutamos sim por uma ampla reforma do sistema político (*palmas*), para que a voz do povo esteja efetivamente sendo ouvida aqui, e não simplesmente sendo pautada só para teclar seu voto lá na urna.

A segunda palavra de ordem: fora, Kátia Abreu! Fora, Ministra dos agrotóxicos! (*Palmas.*) Não podemos mais tolerar uma Ministra que defende abertamente as empresas, esquece a vida das pessoas, esquece toda a degradação ambiental e os problemas que causam ao território brasileiro, ao futuro do Brasil. Não podemos mais tolerar essa política que também é implementada pelo Governo Federal. Não podemos mais tolerar isso. Fora, Kátia Abreu! Não há outra razão senão o bem do povo brasileiro.



E também, já que é ligado à bancada ruralista: fora, Cunha! Já passou da hora dele. (*Palmas.*) Ele já coordenou e ainda faz uma coordenação na bancada ruralista, toda a bancada que traz questões que atrasam a vida do povo brasileiro. Ele está dentro da bancada ruralista também. E para nós é muito importante...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, qual é o assunto aqui? É agrotóxico ou é política?

O SR. FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - Com licença, eu vou terminar, depois o senhor pode falar. O senhor está tomando o meu tempo, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Está me chamado a atenção um camarada que nem sei quem é!

O SR. FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - O senhor nem pediu licença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Desculpe, Deputado Colatto. Ele está com a palavra, por 15 minutos. Está terminando. Está fazendo a exposição dele.

O SR. FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - Então, pessoal, vamos retomar: fora, Cunha! Fora, Kátia Abreu! Uma Constituinte exclusiva do sistema político, para mudar, é do que o povo brasileiro precisa. Tem que mudar. Não temos que ficar defendendo uma indústria que lucra com a morte das pessoas, que lucra com a degradação ambiental (*palmas*), que está aqui com o dinheiro das empresas no bolso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Sr. Fábio. É uma pena que o senhor não possa ficar para participar dos debates, ao final.

Eu queria registrar com prazer a presença do Deputado Heitor Schuch, do Deputado Zeca do PT, do Deputado Valdir Colatto, do Deputado Bolsonaro, do Deputado Adilton Sachetti.

Estiveram presentes o Deputado Roberto Sales, o Deputado André Moura, o Deputado Carlos Gomes, o Deputado Leonardo Monteiro, o Deputado Bruno Covas, o Deputado Afonso Hamm, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, o Deputado Carlos Melles e o Deputado Evair de Melo. Agradeço a presença de todos os que estão aqui e dos que já passaram por aqui.



Passo a palavra à Dra. Marcia Sarpa, representante do Instituto Nacional de Câncer.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu estou aqui nesta Casa pelos votos do povo brasileiro — 115.646 votos. Não posso aceitar que o Sr. Fábio dos Santos Miranda — e quero que fique registrado nesta Casa — tenha feito uma acusação grave de que os Deputados estão aqui porque têm dinheiro no bolso vindo de empresas que vendem agrotóxicos. Eu queria que ele comprovasse isso. Eu vou acionar a Casa para chamar esse cidadão para provar que este Deputado — não sei dos outros, cada um cuida da sua vida — tem algum dinheiro no bolso vindo de alguma empresa de defensivos agrícolas no Brasil. Ele vai ter que provar isso. Eu queria que ficasse registrado aqui nesta Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É só pegar a minha declaração do Imposto de Renda e ir ao Tribunal Superior Eleitoral que o senhor vai ver. Está lá registrado na Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Deputado Valdir Colatto, nós estamos aqui num debate.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Ele fez uma acusação. Ele fez uma acusação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Nós temos de assegurar o direito à palavra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Assegurar esse direito é uma coisa, acusação é diferente, Sr. Presidente. Eu não queria que V.Exa. se tornasse advogado dele.

Eu quero que fique registrado aqui junto ao Sr. Presidente desta Comissão que ele fez uma acusação e eu quero que ele prove isso. Ele vai ter que provar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Está bem.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu vou pedir que a Procuradoria da Casa acione esse moço, o Fábio dos Santos Miranda, para que ele prove que os Deputados estão aqui porque são financiados por grupos que produzem defensivos agrícolas no Brasil. Eu quero deixar claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Desculpe-me, Deputado Colatto. Eu não sou advogado do Fábio, estou apenas dizendo que, como coordenador desse debate...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - V.Exa. está interferindo na minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Nós estamos aqui numa sequência...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu só quero completar e deixar claro isso, para que fique contextualizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Eu entendi, está claro.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Ele fez uma acusação grave, e nós vamos acionar.

E eu quero as notas taquigráficas desta reunião como prova da acusação que ele fez, o que ele vai ter de comprovar na Justiça, porque nós vamos acionar a Procuradoria da Casa.

Eu queria registrar isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Está bem. Nós estamos em uma Casa onde a liberdade de expressão é um direito assegurado a todos. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Só aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Sr. Deputado, cada um assume as palavras que profere. Eu não sou advogado de ninguém. Nós estamos aqui defendendo o direito à expressão de quem quiser falar o que quiser. Cada um assume o conteúdo das suas palavras.

Eu quero registrar a presença do nobre Deputado João Daniel. Estamos honrados com a sua presença, porque S.Exa. também milita nessa questão do agrotóxico.



Retomando os trabalhos, passo a palavra à Sra. Marcia Sarpa, do Instituto Nacional de Câncer — INCA.

A SRA. MARCIA SARPA - Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de agradecer ao Deputado Augusto Carvalho o convite para participar desta audiência pública.

(Segue-se exibição de imagens.)

Meu nome é Marcia Sarpa, eu trabalho no Instituto Nacional de Câncer e faço pesquisas com agrotóxicos já há algum tempo. Vou apresentar agora os efeitos tóxicos na saúde humana relacionados ao uso dos agrotóxicos.

Eu vou pular a parte que se refere ao cenário nacional dos agrotóxicos, porque já foi muito bem apresentado pelo colega Fábio dos Santos, e todos já conhecem este cenário no qual o Brasil é o campeão do consumo de agrotóxicos.

O que são os agrotóxicos? Todos já devem ter conhecimento de que os agrotóxicos são produtos, são agentes físicos, químicos, destinados a combater pragas, destinados a combater doenças na agricultura. Como o próprio conceito diz, se esse produto é destinado a combater e a matar pragas, nós já podemos pressupor que ele não é um produto que vai ser bom para a saúde dos seres humanos.

Esses agrotóxicos são classificados de várias maneiras. A princípio, a primeira classificação deles está relacionada ao grupo químico a que esses ingredientes ativos pertencem, como os organofosforados, os organoclorados, os carbamatos, os bupiridilos e os organoestanhosos.

Eles também são classificados de acordo com a praga que eles controlam. Quando controlam insetos, são chamados inseticidas; nessa mesma linha, há os fungicidas, herbicidas, acaricidas, e assim por diante.

A classificação que interessa para nós da área da saúde é a classificação relacionada aos efeitos sobre a saúde humana. De acordo com essa classificação, os agrotóxicos são extremamente tóxicos, altamente tóxicos, medianamente tóxicos e pouco tóxicos. Essa classificação está relacionada, na realidade, apenas com a toxicidade aguda dos agrotóxicos. É aquela classificação que vem no rótulo do agrotóxico. Quando se diz que é da classe I, o agrotóxico é extremamente tóxico; da classe II, altamente tóxico; da classe III, moderadamente tóxico; e da classe IV,



pouco tóxico. No entanto, essa classificação não indica todo o potencial de toxicidade dos agrotóxicos.

Por que essa classificação relacionada aos efeitos agudos dos agrotóxicos não indica toda a toxicidade? Porque ela ocorre após exposição única a uma substância química, em um período curto, de até 24 horas, geralmente em doses elevadas. E ela está relacionada a quê? A exposição ocupacional ou a envenenamento. E quais os efeitos que estão relacionados a essa toxicidade aguda? Irritação da pele, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, espasmos, dificuldades respiratórias.

Um grande problema que acontece no Brasil é que esses efeitos tóxicos agudos muitas vezes são confundidos com efeitos de outras doenças, de viroses, por exemplo. Quando um indivíduo chega ao sistema público de saúde ou ao sistema privado com esses efeitos, muitas vezes o caso não é notificado como decorrente da exposição a agrotóxicos. Com isso, existe uma grande subnotificação dos casos de intoxicação aguda por agrotóxicos. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, para cada caso notificado, 50 casos não são notificados. Imaginem o grande problema de saúde pública que existe com essas subnotificações.

Nós dizemos que a questão da toxicidade aguda é apenas a pontinha do *iceberg* do problema que os agrotóxicos podem causar. Por quê? Porque na base do *iceberg* se encontram os outros diversos efeitos tóxicos, que são os efeitos relacionados à toxicidade crônica que esses agrotóxicos podem causar. E quais são esses efeitos?

Um deles é a neurotoxicidade, a capacidade que um agrotóxico tem de interagir com o sistema nervoso e de causar danos. Diversos estudos já comprovaram que alguns agrotóxicos estão associados ao desenvolvimento do mal de Parkinson. Além do mal de Parkinson, diversas neuropatias podem ocorrer após a exposição longa, crônica, prolongada, aquela dose diária de veneno que o indivíduo ingere por dia na sua alimentação ou no ambiente em que vive.

Além da neurotoxicidade, outro efeito de toxicidade crônica que os agrotóxicos causam nos seres humanos é a imunotoxicidade, a capacidade que o agrotóxico tem de interagir com o sistema imunológico dos indivíduos. E como esses



agrotóxicos interagem e agem, causando danos ao sistema imunológico? Eles podem imunostimular as células do sistema imunológico, fazendo com que haja um aumento dessas células, o que pode levar a diversas alergias — crianças atualmente nascem com muitas alergias. Eles também podem imunossuprimir o sistema imunológico. Quando ocorre a imunossupressão do sistema imunológico, as nossas células deixam de ser vigilantes sobre as doenças causadas por vírus, bactérias, parasitas, e também deixam de ser vigilantes sobre o câncer, porque precisamos do nosso sistema imunológico íntegro para combater o câncer.

Além da imunotoxicidade, esses agrotóxicos também causam desregulação endócrina. Esse é outro efeito crônico dos agrotóxicos. E o que é desregulação endócrina? Desregulação endócrina é a capacidade que esses agrotóxicos têm de interagir com o nosso sistema hormonal — com nossos hormônios da tireoide, com nossos hormônios reprodutivos, como estrogênio, progesterona, testosterona — e causar dano a ele.

Os agrotóxicos também causam toxicidade reprodutiva, como a infertilidade, e podem levar a malformações congênitas e a abortos. Existe registro de aumento do número de abortos, de infertilidade em homens que trabalham no campo e de nascimento de crianças malformadas.

Dentro do grupo da toxicidade crônica, desses efeitos crônicos dos agrotóxicos, desses efeitos a longo prazo, nós temos também as mutações, que são os danos ao DNA. O que é a mutação? A mutação é aquele primeiro dano ao DNA, é aquela primeira fase, a fase de início das etapas da carcinogênese que leva ao câncer. Outro efeito relacionado à toxicidade crônica, esses efeitos de longo prazo, é o câncer.

Como ocorrem esses efeitos crônicos? Eles ocorrem após a exposição múltipla à substância, em baixas doses. Então, eu me refiro àquela pequena dose que consumimos diariamente no alimento contaminado. Como já foi comprovado pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos — PARA, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, diversos alimentos que chegam à mesa do brasileiro estão contaminados com agrotóxicos.

Há também a exposição ambiental. Nós não podemos esquecer que em tempos de dengue, como agora, no Rio de Janeiro, na Região Sudeste, as



campanhas de saúde pública usam agrotóxicos para combater o mosquito. E um desses agrotóxicos, sobre o qual nós vamos falar daqui a pouco, foi classificado pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer como sendo provavelmente carcinogênico para seres humanos.

Então, como eu falei anteriormente, a toxicidade crônica pode causar infertilidade, impotência, aborto, malformação, efeito sobre o sistema imunológico e câncer.

O câncer é considerado, atualmente, um grave problema de saúde pública, não só no Brasil, mas também nos demais países do mundo.

Este mapa mostra a posição do Brasil no cenário de câncer no mundo. Vocês podem ver que o Brasil já está dentro da segunda área em incidência de câncer. Temos os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália como os países com maior incidência de câncer no mundo, e o Brasil já está, junto com os países da Ásia, na segunda posição em incidência de câncer.

Para os anos de 2014 e 2015, o Instituto Nacional de Câncer fez uma estimativa de que o Brasil teria 576 mil novos casos de câncer, incluindo os tipos de câncer de pele não melanomas.

E o que é o câncer? Ele é um conjunto de manifestações patológicas que se caracterizam pela perda do controle da proliferação celular, pela capacidade de as células se disseminarem, causarem metástase e levarem ao câncer clínico.

E quais são as razões que levam os genes que regulam o ciclo celular a perder as suas funções? As predisposições genéticas hereditárias e os fatores ambientais.

Até um tempo atrás, todo o mundo achava que o câncer, em sua maioria, era de ocorrência genética. No entanto, estudos indicam que, em torno de 80% a 90% dos casos, o câncer está relacionado a fatores ambientes, a fatores presentes no nosso ambiente. E quais são esses fatores? São os fatores biológicos, físicos e químicos, e nestes entram os agrotóxicos.

Então, dentro das etapas da carcinogênese, que são três: a iniciação, a promoção e a progressão, os agrotóxicos podem agir nas duas primeiras. Eles vão interagir com o DNA, causando um primeiro dano genético, e depois vão agir nas células, causando aumento da proliferação dessas células.



Os agrotóxicos vão exercer seus efeitos carcinogênicos através de vários mecanismos. Os principais são a genotoxicidade, que é a mutagenicidade, aquela capacidade de interagir com a célula e causar um dano no DNA; a promoção do tumor, que é proliferação das células; a ação hormonal, que é aquela desregulação do sistema endócrino que eu falei para vocês anteriormente; e a imunotoxicidade.

É muito importante frisar que, quando pensamos em câncer, não existe limite seguro de exposição. Uma única molécula de agrotóxico com potencial mutagênico e carcinogênico já pode levar ao desenvolvimento de câncer. Então, quando se entra na discussão daquela questão da ingestão diária aceitável, não podemos permitir esse tipo de categorização, quando um agrotóxico tem potencial mutagênico e carcinogênico.

Em razão de todas essas questões, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer — IARC, órgão da Organização Mundial de Saúde, resolveu reavaliar e avaliar diversas moléculas de agrotóxico que estão sendo usados constantemente.

É importante frisar que esse processo da IARC é um processo claro, transparente, idôneo e baseado em evidências científicas. E o que eles publicaram, recentemente, nos meses de março e junho, com relação a esses 20 agrotóxicos que entraram na lista de reavaliação? A malationa, por exemplo, que é usada nas campanhas de saúde pública no Brasil, é um organofosforado e foi classificado dentro do grupo A, como provavelmente capaz de causar câncer em seres humanos. Por quê? Porque foi vista uma associação da exposição à malationa ao linfoma não-Hodgkin e ao câncer de próstata.

É importante frisar que a malationa é o ingrediente ativo que é usado nas campanhas de saúde pública para o controle do mosquito da dengue. Ela não deveria mais estar sendo usada, porque a lei brasileira sobre agrotóxicos indica que um produto com ação mutagênica carcinogênica não pode ter registro no Brasil. No entanto, ela está registrada.

A diazinona, que ainda é usada aqui no Brasil, também foi classificada dentro do grupo 2A pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer como provavelmente capaz de causar câncer. Por quê? Porque também foi observada a associação entre a exposição à diazinona e linfoma não-Hodgkin, câncer de pulmão e leucemia.



E o glifosato, que é o ingrediente ativo mais utilizado no Brasil, é o campeão de consumo, também foi classificado como provável carcinogênico para seres humanos por causar linfoma não-Hodgkin.

Quando pensamos no glifosato, por exemplo, dentro da toxicidade aguda, ele é classificado no grupo 4, aquele verdinho, pouco tóxico. Agudamente, ele é pouco tóxico. Só que quando pensamos naquela base completa do *iceberg*, vemos que ele pode causar câncer.

O 2,4-D, que é o terceiro ingrediente ativo mais usado no Brasil, também foi classificado como possivelmente capaz de causar câncer. Por quê? Porque também causou linfoma não-Hodgkin e leucemia.

Vou passar os eslaides de forma mais rápida, porque o meu tempo já se esgotou.

Vou falar rapidamente sobre dois estudos realizados pelo Instituto Nacional de Câncer. Um indica que a exposição a agrotóxicos arsenicais e ao Paraquat, em Municípios agrícolas, no Rio Grande do Sul, causou lesões precursoras para câncer de pele. O outro é um estudo de caso controle para avaliar o risco ocupacional em linfoma não-Hodgkin que está sendo conduzido dentro do nosso hospital, o Hospital do Câncer I, e que indica que a exposição a agrotóxicos aumenta 2,35 vezes a chance de um indivíduo desenvolver linfoma não-Hodgkin. Nesse estudo, nós ainda não chegamos ao número final de pacientes que vão ser entrevistados, que vão ser avaliados. E, mesmo sem termos chegado ao número final, nós já temos esse resultado.

Estes são outros estudos que indicam que a exposição ocupacional a agrotóxicos pode causar danos à saúde e câncer.

Enfim, qual é o cenário do câncer no mundo? Há uma grande perspectiva de crescimento significativo da mortalidade, porém com alto potencial de prevenção. E como nós podemos prevenir esse aumento da mortalidade por câncer, esse aumento da incidência do câncer? Diminuindo os fatores de risco.

Se temos conhecimento de que os agrotóxicos são mutagênicos, são carcinogênicos e levam ao desenvolvimento do câncer, e se temos conhecimento de que a não exposição a esses produtos pode levar ao não aparecimento do câncer, por que permitimos o uso desses produtos no nosso País?



Entre as medidas urgentes que temos que adotar no Brasil está o cumprimento da legislação. Nós temos uma lei bem rigorosa, a lei de agrotóxicos, que diz que agrotóxicos mutagênicos, carcinogênicos, teratogênicos não podem ser registrados no Brasil. Então, o que nós pedimos é: vamos cumprir a lei. Se cumprirmos a lei, não estaremos expostos a esses agrotóxicos.

Outras medidas urgentes são: proibir a pulverização aérea, proibir o uso no Brasil de agrotóxicos proibidos em outros países. Nós não somos o lixo do mundo! Se não são permitidos lá, porque são permitidos aqui? (*Palmas na plateia.*)

Além dessas medidas, temos de promover o fim dos subsídios públicos aos venenos e a implantação nos Municípios de vigilância à saúde das pessoas expostas aos agrotóxicos.

Como propostas, temos: diminuição da contaminação dos espaços urbanos e rurais por agrotóxicos; fortalecimento da agricultura orgânica; e diminuição do uso de venenos, a fim de estabelecer a transição gradativa para o modelo de agroecologia.

Obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Agradeço à Dra. Márcia, que traz aqui informações provenientes do INCA, um instituto de referência para todos nós, reconhecido no mundo, inclusive.

O Deputado João Daniel tinha me pedido a palavra, porque ele tem outro compromisso. Eu peço aos demais palestrantes compreensão para ouvirmos a saudação rápida do nosso colega João Daniel, que tem uma militância importante na questão da saúde pública e do meio ambiente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Obrigado, Deputado Augusto Carvalho.

Quero parabenizar o Presidente Augusto Carvalho e todos os que promoveram este evento. Queria muito estar aqui do começo ao fim, mas tenho que presidir uma audiência aqui ao lado sobre questões rurais. Ficamos muito felizes com este debate e lamentamos profundamente não termos conseguido fazê-lo na Comissão de Agricultura.

Nós propusemos a realização deste debate na Comissão de Agricultura, para ouvir os dois lados. A bancada ruralista escolheria os cientistas que gostaria de ouvir e quantos quisesse ouvir — um, dois ou três —, e nós convidaríamos o Fórum de Combate aos Agrotóxicos. Mas nunca conseguimos realizar este debate lá.



Então, parablenzo todos os que estão aqui: professores, pesquisadores e, em especial, os representantes do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

Nós temos três projetos de lei tramitando nesta Casa sobre este assunto e temos certeza de que, dificilmente, eles serão aprovados, se não houver uma mobilização da sociedade brasileira.

Nós acompanhamos este assunto relacionado a agrotóxicos há muito tempo. Eu tive a oportunidade de, como Deputado Estadual, presidir, em Sergipe, audiências públicas e debates sobre esta questão com a presença de várias pessoas. Eu estava me lembrando há pouco de que o Prof. Fernando nos engrandeceu em um dos grandes debates ocorridos lá.

Deputado Augusto Carvalho, pelo nível do debate realizado aqui, quero dizer a V.Exa. que nós precisamos pegar o vídeo deste seminário, para que possamos divulgá-lo para toda a sociedade brasileira, por meio de rádios comunitárias, de TVs alternativas. (*Palmas na plateia.*) Este é um tema político, sim, mas é um tema da maior gravidade, pelas graves consequências dos agrotóxicos para a população brasileira e para a população mundial. Os dados estão aí.

Nós lamentamos a forma como a bancada ruralista reage ao se tratar deste assunto, com certa agressividade, como se ele fosse inquestionável como Deus: "*Sem o uso de agrotóxico, o Brasil vai falir. O Brasil precisa exportar e, para isso, tem que ter agrotóxico*". Não é assim. Nós sabemos que não é assim. Há muitas alternativas para se produzir. (*Palmas na plateia.*)

Concluindo, Deputado Augusto Carvalho, quero dizer que eu tive a oportunidade de conhecer, a convite de um Deputado Federal, um novo equipamento desenvolvido pela indústria nacional que faz a secagem para o plantio direto. Essas máquinas da indústria brasileira, hoje, já funcionam tranquilamente, sem problema algum.

O que nós precisamos é debater este assunto, abrir a discussão. E o Governo Federal e os Governos Estaduais precisam implantar uma política forte, firme, na defesa da vida, da natureza, do meio ambiente, com a agroecologia e os produtos orgânicos.



Parabéns a todos os debatedores, a todos os presentes! Nós podemos ser minoria — não é, Zeca? —, mas não nos curvamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Deputado João Daniel.

Tem a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Eu queria convidar o Deputado para, juntos, fazermos a solicitação de uma audiência pública com este nível que ele está propondo. Eu sou da Comissão desde 1998, e não sei de nada que impeça isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Que bom!

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Então, eu faço esse convite, para acabar com essa coisa de acusar um e outro. Vamos parar com isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Muito bom, Deputado!

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Vamos parar com isso! Vamos parar com isso! Vamos fazer lá este debate. Nós dois assinamos o pedido.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Isso!

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Estou do seu lado. Vamos lá fazer!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - As ideias é que brigam.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - É isso! Não se pode é vir com essas acusações aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - As ideias é que brigam. As pessoas têm um nível civilizado para discutir os problemas.

Também saúdo a presença do Deputado Roberto Balestra, a quem agradeço.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Pedro Silva, Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Regional do Trabalho no Estado de Pernambuco e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

O SR. PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Bom dia a todas e a todos.



Quero, inicialmente, Deputado Augusto Carvalho, registrar o contentamento do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos por estar representado aqui. Sou membro do Ministério Público, e estou aqui especificamente como Coordenador do Fórum Nacional, criado em 2009.

Esta audiência retrata exatamente como V.Exa. vem enfrentando, já há tempo, com segurança e firmeza este assunto. O Distrito Federal é um referencial em termos de alimentação. Por pouco não autorizou a pulverização aérea, mas sabemos que o Distrito Federal pode ser um exemplo nacional de agricultura agroecológica e orgânica. V.Exa. está de parabéns por esta iniciativa, principalmente neste dia.

Quero também fazer aqui outro registro. Eu creio que nós todos devemos ouvir a ciência, independentemente de ideologia. A vida não comporta ideologias. E uma palestra como esta do INCA — sincopada, é verdade, resumida — é de grande importância para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os demais membros da Mesa. Peço autorização para falar ali embaixo, porque tenho uma projeção para passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Quero avisar aos participantes que este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e, como disse o Deputado João Daniel, poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promoverá debate interativo nesta audiência por meio do Portal e-Democracia, que é uma ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Os servidores desta Comissão, desta Casa, estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final dos debates.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes para sempre falarem ao microfone.

Por último, peço aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para a transmissão pela Internet em programas desta Casa.

Tem a palavra o Dr. Pedro.



O SR. PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Senhoras e senhores, eu estou trazendo uma referência a esse tema, a partir do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, pontuando os avanços e retrocessos e destacando a necessidade de criação ou fortalecimento de instrumentos de controle social comum.

O Fórum Nacional é coordenado atualmente pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público Federal. A Procuradora Regional em São Paulo Dra. Fátima Borghi é Vice-Coordenadora do Fórum Nacional, que é composto por órgãos de Governo e da sociedade.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Eu vou passar alguns eslaides, porque aqui já foram pontuadas coisas importantes. Ouvimos a sociedade civil através da Campanha.

(Segue-se exibição de imagens.)

Deputado, é essencial dizer que a Campanha existe praticamente em todos os Estados e é o instrumento social mais importante que nós temos hoje. Devemos ouvir a permanente Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, porque é a voz da sociedade, na forma que a Constituição estabelece.

O primeiro lugar é mantido pelo País. O Brasil é campeão no uso de agrotóxicos, infelizmente. Não há essa relação de crescimento de agrotóxico com o crescimento da produção ou da produtividade. Já foi dito isso aqui. É assustador! É mantido esse pódio, exatamente por esses elementos.

Alguns reducionismos existem. O projeto de lei que tramita no Senado, inicialmente, busca exatamente mudar a legislação, a nomenclatura de “agrotóxico” para “defensivo agrícola” ou “fitossanitário”. Então, é exatamente o reducionismo. Houve um tempo em que se chamou agrotóxico de remédio para as plantas.

Essa falta de informação ou informação equivocada é um dos grandes problemas. Eu creio que não devemos ter receio de manter a verdade das coisas. Na lei atual não existe a nomenclatura “defensivo agrícola”, mas “agrotóxico”. Essa lei deve permanecer porque é tendência internacional.

Outro reducionismo é a existência de uso seguro. Já ouvimos aqui o INCA dizer que não existe uso seguro.



Outro elemento que simplifica essa questão é exatamente que, quando há intoxicação ou contaminação, a culpa é do trabalhador, por vários fatores inclusive o educacional.

Mas a questão que já foi comentada também aqui, que é um reducionismo que limita o enfrentamento da situação, da temática, é a de que o agrotóxico é um problema rural.

Não é um problema rural. Bhopal, na Índia, mostra isso. E nós temos uma relação *mutatis mutandis* aqui no Brasil na área da indústria, que é o caso da BASF e da Shell em Paulínia. Os senhores sabem, e não se resolveu. Houve indenização por intermédio de uma ação dos Ministérios Públicos do Trabalho Federal e do Estado, mas não se resolveu o problema, porque estão contaminados lençóis freáticos, etc. Temos essa relação.

Então, esse é um problema da indústria, é um problema urbano! Já foi o tempo de se pensar que é um problema apenas rural.

O veneno está na mesa. Nós vimos aqui os dados e os estudos do PARA — Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, que constata exatamente isso. O PARA faz apenas constatações, não encaminha soluções. Não faz mais nada.

Esses reducionismos infelizmente deixam o Brasil nessa situação, nesse pódio.

Há mais algumas coisas que nós pontuamos, como a questão da desoneração fiscal aos agrotóxicos. Infelizmente, não é só no Brasil, mas se acentua no Brasil.

Imaginem os senhores que é veneno, que intoxica, contamina, e o Estado não recebe recursos para fazer uma contrapartida. Às vezes, é o mesmo produtor de agrotóxico o que produz o remédio que vai cuidar daquela enfermidade adquirida ou produzida pelo veneno. E, quando se vai comprar o remédio, tributa-se e se paga imposto em cima do remédio. Isso é injusto!

Então, essa desoneração precisa ser revista nos Estados.

Eu vou passar este assunto, porque já falaram sobre ele. Isso é para ser avaliado pelo PARA, programa que está se arrastando, infelizmente, que não deixam avançar como deveria.



O Brasil começou muito bem na América Latina como exemplar, e agora já está atrás de outros países, porque não avançou. O PARA não avançou.

Trouxe alguns dados.

Aqui é uma referência em relação ao monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano. Creio que talvez outras referências sejam feitas neste painel, nesta audiência pública. Isso é importante porque apenas 25% dos Municípios brasileiros que têm responsabilidade de fazer toda a vigilância na questão do agrotóxico na água cumprem isso. Mas nem todos esses dos 25% o fazem satisfatoriamente.

Se nós pensarmos bem, na água que nós estamos bebendo a legislação permite que haja agrotóxico naquela medida que disse a Dra. Marcia em quantitativo, sim.

Infelizmente, alguém pode dizer que é permitido legalmente — e eu digo como membro do Ministério Público — intoxicar, envenenar no Brasil. O pior é que o Brasil está na contramão e quer ampliar esse percentual de veneno ou de substâncias na água, enquanto outros países estão reduzindo. Isso é mais sério.

Estou trazendo aqui também aos senhores essa questão da água por Unidade da Federação e a questão das intoxicações por agrotóxicos notificados.

A referência é do ano de 2013, e parece-me que até o mês de abril. Então, os senhores observem como isso é crescente. Como disse a Dra. Marcia, a OMS afirma que, para cada notificação, 50 não foram feitas.

Essa aqui é uma questão mais ocupacional. A intoxicação por agrotóxico em faixa etária. Configura-se aí por idade. Há a questão do crescimento da contaminação por agrotóxico em crianças de 1 a 4 anos. Isso é crescente. Logicamente, na população mais ativa, no trabalho, de 20 a 49 anos, também isso é crescente. Mas é importante fazer esse destaque da contaminação infantil.

Efeitos na saúde. Esse assunto já foi comentado.

Intoxicação em terras indígenas. Há alguns eslaides importantes. Esse foi um fato conhecido de todos, ao qual foi feito referência.

Intoxicação aérea. Essa é uma foto emblemática do que vem acontecendo nessa aldeia indígena dos Xavantes. Isso vem acontecendo não só nesse lugar, mas também em outros.



Isso é uma referência, que emprestei também, de algumas situações concretas da problemática e de como setores da ciência e revistas importantes, no Brasil e fora dele, vêm dando a ênfase que o tema merece. Mas isso não caminha em termos de solução nos órgãos que têm o dever de fazê-lo.

Essa é apenas uma referência ao crescimento das vendas do glifosato no Brasil, que é preocupante. O fato de as vendas de glifosato terem crescido justifica também a chegada de transgênicos no Brasil.

Esse eslaide apresenta os efeitos do glifosato na saúde.

Agora, eu vou trazer alguns avanços no combate aos agrotóxicos. A problemática é aquilo que disse a Campanha, que disse a Dra. Marcia, bem como o que ainda será dito, a respeito dos agrotóxicos.

Esses são os avanços. Nós temos tudo isto aí e ouviremos sobre o dossiê da ABRASCO — Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Temos elementos, inclusive, para servir de prova perante a Justiça. Nós já temos fontes, temos trabalhos científicos e temos o dossiê, que se desponta como algo bem concreto da realidade brasileira em vários aspectos: meio ambiente, saúde, etc. Há também uma referência a todas essas articulações e pesquisas nas universidades. Algumas que estão fazendo pesquisa estão encontrando resistências até de setor do Governo por causa disso. Temos também notas públicas. Enfim, todos esses elementos.

Como instrumentos de controle social, temos hoje praticamente 20 Fóruns Estaduais. Esses que estão com asterisco são fóruns que estão sendo organizados ou articulados como o de São Paulo, mas todos esses Estados já contam com fórum.

O primeiro Fórum de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos surgiu em Pernambuco, no ano de 2001. Depois, outros vieram, mais ou menos nessa ordem que está aí. Eles estão em ordem cronológica. Nós temos, como Fórum mais recente, o da Região do Médio do São Francisco, que é o primeiro Fórum Regional.

Esses fóruns buscam exatamente funcionar como instrumento de controle social. Temos também a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, como já foi dito aqui, e outros movimentos sociais. Isso é crescente. Há também as audiências públicas que esta Casa tem promovido, logicamente; além de audiências públicas e seminários promovidos pela Justiça do Trabalho, a partir do TST, na



questão ocupacional principalmente. Eu quero ressaltar a importância desta audiência pública, Deputado, porque ela é também um instrumento que busca o controle social.

O Fórum Nacional tem esse objetivo desde 2009 e é composto por órgãos de Governo, pela sociedade civil e pelo Ministério Público. Este último funciona como fiscal da lei e articulador para fins de criação de uma rede.

Também surgiu, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, um projeto que foi apresentado no ano de 2013, que tem como objetivo promover a atuação conjunta dos ramos do Ministério Público com a sociedade civil organizada, Academias e outras instituições, com vistas ao combate do uso indiscriminado dos agrotóxicos e seus impactos no meio ambiente, na saúde do trabalhador e do consumidor.

O Conselho Nacional já tem uma sugestão para o funcionamento e a atuação do Ministério Público nos Estados. O projeto do Conselho Nacional tem esses objetivos tendo em vista a gravidade e necessidade de que os ramos estejam articulados com a sociedade, com as Universidades e etc.

Nos objetivos há esse aspecto também de fomentar a edição de lei de iniciativa popular, que também é um item do projeto que está em execução e já dobrou o número de fóruns estaduais. A maioria dos fóruns tem como coordenador o Ministério Público, seja Estadual, Federal, ou do Trabalho.

Aqui mostro os exemplos de avanços da tutela judicial. Eu listei vários itens. Esse material vai ficar disponível, como o Presidente já disse. Mais recentemente, por exemplo, houve uma ação civil pública do Ministério Público de Santa Catarina, item 6, contra a rede Wall Mark por vender alimentos contaminados com agrotóxicos. Imaginem os senhores, se pegarem mesmo, todos vão ter que tomar providências.

Pernambuco já tem um sistema de rastreabilidade de agrotóxicos a partir de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta — TAC com supermercados desde 2004 e já faz um trabalho que Santa Catarina está fazendo e outros Estados também. Tudo isso é resultado de uma articulação.

Eu já estou terminando, mas eu queria destacar os retrocessos, porque estamos numa Casa muito importante para a solução ou o agravamento do



problema. O primeiro é o desmonte do sistema regulatório nacional. Os senhores sabem o que fazia a ANVISA — Agência Nacional de Vigilância Sanitária quando criou o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos — PARA. Ele já não é mais o mesmo, não só em termos de ação, mas está esvaziado.

Nós temos uma preocupação, inclusive eu, como membro do Ministério Público, porque a Constituição diz que é dever da sociedade e do Estado providenciar a proteção da saúde, do meio ambiente e etc., bem como é dever de órgãos de fiscalização, como as agências reguladoras, também atuar nesse sentido. E a ANVISA é um exemplo de desmonte, ela não funciona. Outros setores também não funcionam.

Quanto ao desvirtuamento das funções da CTNBio já foi dito aqui.

Quanto aos alimentos com agrotóxicos na mesa, não se faz nada. O PARA apenas identifica e fica por isso mesmo. Quando o PARA sai com o resultado, já se passaram 1, 2 ou 3 anos da verificação das amostras tomadas. Então, a população já consumiu aquele produto.

O tema da pulverização aérea é de grande importância, porque ela tem acontecido em comunidades e escolas. A ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil realmente é omissa nesse aspecto, porque não atua com os Estados, como deve fazer, como diz os regulamentos. Então, temos essa dificuldade.

A demora na implementação e execução do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos — PRONARA. O Sr. Presidente desta audiência pública já fez referência a isso na abertura. Realmente, se o PRONARA não estiver dentro do Programa Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, ele não poderá ser implementado. Eu estou consciente disso. Minha área é jurídica, mas estudei muito e participei do GT da Comissão que organizou o PRONARA pelo Fórum Nacional. Se a agroecologia não passar por essa transição, que países como Alemanha e outros já estão fazendo há muito tempo, se não houver uma redução do uso de agrotóxicos, não poderemos passar para uma coisa melhor. É realmente muito séria essa questão.

E aqui, como já foi dito, o retrocesso é a existência de projetos de leis flexibilizatórios. Realmente é um retrocesso, principalmente porque recentemente a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO e a



Organização Mundial da Saúde — OMS publicaram novas diretrizes sobre a legislação e rotulagem de pesticidas. O código que elas têm, que é de 1985, está chamando os países para que sejam mais rigorosos, para que atualizem as suas legislações e tirem de circulação os produtos mais graves.

No Brasil, nós sabemos que há aquela história da resistência em banir os banidos, como já foi dito aqui. Muitos que já foram banidos, há mais de 20 anos, ainda estão no Brasil. Setores resistem e não querem, de jeito nenhum, que eles saiam.

Antes de terminar, mostro aqui exatamente a verificação que a FAO e a OMS fazem de que países estão avançando. Se o Parlamento acata essa legislação de flexibilização, ele está indo no sentido contrário não só à tendência, mas também àquilo que outros países já alcançaram. Pensar isso fere inclusive direitos de informação, direito fundamental de se dizer que veneno é veneno mesmo.

Eu trago uma referência, e a fonte está aí. No contexto europeu, a partir de 2009, houve a proibição da pulverização aérea. É proibida no contexto europeu, mas permitida em algumas situações. A França zerou, a partir de uma medida da União Europeia, a pulverização aérea.

Nós temos uma questão muito séria, que são as abelhas. Elas são importantes para a economia, mas estão morrendo, estão sendo assassinadas por agrotóxicos, e não se faz nada. Tomam providências, como fez o Ministério do Meio Ambiente, e depois voltam atrás. Então, isso é sério.

Eu colhi essa informação. Os dados e a fonte estão aí. Nós estamos enfrentando esse problema da microcefalia, e a Dra. Marcia falou aqui a respeito do herbicida 2, 4-D. Há uma indagação de que isso poderia estar ligado ao surto em relação ao Nordeste. Isso é uma indagação, não se tem prova. Mas a preocupação do Fórum é que se feche, por apenas uma referência, por exemplo, a questão de a microcefalia provir da Zika. Eu acho que cientificamente não é bom para nós.

Eu creio que várias outras hipóteses devem ser vistas, principalmente, porque o ano em que surgiu a Zika na Bahia foi o ano em que foi lançado, na cidade de Juazeiro — eu sou baiano de origem —, um mosquito transgênico para contaminar o mosquito da Dengue. Eu não sou cientista. E essa pergunta quem deve responder são os cientistas. Então, esse artigo sobre o herbicida 2, 4-D é algo importante. É



possível que alguns setores queiram exatamente fechar aí, porque dão como resolvido e vão lançar mais agrotóxico para matar mais mosquito.

O problema das endemias é seríssimo, Deputado. São 25 mil servidores ou funcionários públicos envolvidos, que são contratados, terceirizados, e que estão enfermos no Brasil. Nós trabalhamos com isso no Fórum, no Ministério Público do Trabalho. Nós notificamos e fizemos representação perante o Ministério Público Federal e a Procuradoria da República, para que fossem tomadas providências a respeito da saúde dessas pessoas, que aplicam o agrotóxico, mas também de quem é alcançado, como a população.

Há aí também uma referência importante quanto à Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer — IARC, que já foi dito aqui.

Espero ter ajudado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Dr. Pedro Luiz. Parabéns pelas suas experiências e pelo reconhecimento do seu trabalho como coordenador do Fórum Nacional.

Antes de passar a palavra, quero registrar a presença do Deputado Padre João, uma referência nesse tema e também um militante da causa da sustentabilidade, e do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Pedindo a permissão aos outros palestrantes, em razão do dia tumultuado que nós temos hoje, quero passar a palavra ao Deputado Zeca do PT.

Deputado Zeca, eu até fiz referência a V.Exa. na abertura da audiência pública, quando eu fui colher a sua assinatura de apoio para o pedido ao Ministro Berzoini para acelerar a implantação do PRONARA. Eu citei a nossa conversa.

O SR. DEPUTADO ZECA DO PT - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Eu citei a sua experiência no Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO ZECA DO PT - Serei breve, Deputado Augusto Carvalho, até porque nós temos outras atividades. Mas eu não poderia me permitir sair daqui sem prestar o testemunho dessa experiência que nós vivemos também no Mato Grosso do Sul.



Em agosto ou setembro deste ano, nós realizamos em Campo Grande, a nossa capital, um grande seminário com a presença de pesquisadores das universidades do Mato Grosso do Sul, da EMBRAPA, do Ministério Público Federal. A Dra. Marcia, do INCA, honrou-nos com a sua presença num grande debate.

A conclusão que se tem e que tivemos lá com a presença desses pesquisadores é que, de fato, há uma relação entre a incidência ou aumento do câncer no Brasil com a questão do agrotóxico. Nós somos hoje o maior consumidor de agrotóxicos do País.

Eu acabei de ver aqui que isso virou quase uma rotina no Mato Grosso do Sul, Professor. Nós temos a segunda maior população indígena do Brasil e, constantemente, nós recebemos denúncias, quase que um clamor de comunidades de populações indígenas do interior do nosso Estado, de que, constantemente, há sobrevoos de avião com pulverização de agrotóxicos.

Eu tive a oportunidade de visitar um assentamento chamado Rio Feio, no Município de Guia Lopes da Laguna, em que havia grandes produtores de mel. Ao lado do assentamento, foi adquirida, por latifundiários produtores de lavoura, uma grande propriedade, onde fizeram pulverização com agrotóxicos.

Como resultado dessa pulverização, as abelhas desapareceram. Hoje, aquela população vive miseravelmente, ou grande parte dela, porque tiravam do mel a sua sobrevivência. Ou seja, nós, efetivamente, temos que tomar alguma providência.

O Deputado João Daniel falou, e eu repito: eu pertencço, junto com o Deputado João Daniel e com o Deputado Padre João, à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e vejo a resistência que existe na bancada ruralista para discutir este tema e fazermos um grande debate com pesquisadores escolhidos por ambas as partes.

O prejuízo para a saúde humana é real. Mas há resistência em se tratar do tema, que é tratado como dogma. Não adianta querer esconder isso.

Portanto, essa ideia do Deputado de, junto com o Deputado João Daniel, fazer um requerimento, surgiu há pouco a ideia, para a promoção de um grande debate junto à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural é mais do que oportuno.



Vamos todos nos unir e discutir para, de fato, encontrarmos parâmetros que permitam salvar a nossa gente. Nós temos uma região altamente produtora de grãos no Mato Grosso do Sul, conhecida como “corredor da morte”.

Eu já tive a oportunidade de conversar com vários médicos, nada de cunho científico. Como o senhor disse, eu também não sou cientista. Muitos deles, com medo, confidenciam que, de fato, com o surgimento da pulverização aérea naquelas grandes lavouras, a incidência de câncer, inclusive em prematuros, é muito grande.

Portanto, urge que o Brasil faça alguma coisa, que tome conta disso, que faça um grande debate. (*Palmas.*)

Deputado Augusto Carvalho, eu queria sugerir que, de repente, através da iniciativa de V.Exa., do Deputado João Daniel e da minha, nós três mais outros Deputados que, eventualmente, já promoveram debates similares, façamos uma cartilha.

A Casa tem condições de patrocinar essa iniciativa, e seria uma boa iniciativa, uma cartilha intitulada: *Os impactos do agrotóxico na saúde e no meio ambiente*. O objetivo seria esclarecer ao cidadão brasileiro e a cada um daqueles com quem a gente possa se relacionar através dos movimentos sociais as implicações do aumento do uso de agrotóxico para a saúde humana.

Eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar a Mesa, na pessoa da Dra. Marcia Sarpa, e dizer que nós queremos, em outra oportunidade, novamente recebê-la.

Parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Deputado Zeca do PT.

Agora, passo a palavra ao Dr. Fernando Ferreira Carneiro, Diretor do Escritório no Estado do Ceará da Fiocruz — Fundação Osvaldo Cruz, e Coordenador do Grupo de Trabalho Saúde e Ambiente, da ABRASCO — Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Primeiramente, eu queria desejar um bom dia a todas e a todos! É uma honra estar aqui nesta Casa. Este é um dia histórico para a política brasileira. A cada dia, nós estamos chegando mais próximos à República, com o funcionamento das instituições. Eu espero que



tenhamos um bom desfecho neste final de ano e que a nossa democracia seja fortalecida.

Eu venho falar de ciência, essa é a missão que me deram. Neste Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos, venho falar de um grito contra o silêncio opressivo que muitas vezes o capital faz acontecer, com a intenção de calar a ciência. Vou-me deter em uma produção que gerou 3 anos de intenso trabalho de mais de 45 cientistas de universidades federais, do Instituto Nacional do Câncer — INCA, da FIOCRUZ, de centros de pesquisa de todo o Brasil. O resultado foi esse livro, o *Dossiê ABRASCO*, que muitos devem conhecer. Estamos aproveitando para fazer o seu lançamento hoje, enquanto minha fala se desenrola.

Atualmente, sou pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz. Também sou professor colaborador do Núcleo de Saúde Pública, da Universidade de Brasília, onde, com muito orgulho, coordeno o Observatório Nacional de Políticas de Saúde para as Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Então, eu tenho um pé aqui em Brasília também, tenho laços muito fortes com a Universidade de Brasília e também com a FIOCRUZ.

Na FIOCRUZ, estamos organizando uma grande unidade de pesquisa. Somos a âncora de um grande polo industrial tecnológico da saúde, onde vamos produzir biofármacos baseados na nossa biodiversidade. Então, vamos ter um papel muito importante na luta contra as desigualdades regionais no sertão do Ceará e no Nordeste. Vocês vão ouvir falar muito da FIOCRUZ no Ceará, se Deus quiser. Vamos inaugurar um grande complexo em junho do ano que vem, com um investimento de mais de 400 milhões de reais, porque também vai haver uma fábrica da Bio-Manguinhos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Hoje, vou falar de agrotóxicos. O que nos motivou a fazer esse dossiê? Eu acho que a primeira motivação é a nossa realidade. Não vou repetir a brilhante fala da Profa. Marcia Sarpa, que é pesquisadora do INCA. Ela já nos deu evidências de sobra da atual situação em que se encontra o País. Nem repetirei o que disse o Procurador Pedro Serafim, grande companheiro de luta, incansável, formando fóruns de combate ao agrotóxico por todo o País. Só vou mostrar esse gráfico, que é uma grande síntese do que aconteceu no Brasil.



A coluna verde é a série histórica do consumo de agrotóxicos no Brasil nos últimos 15 anos, de 2005 a 2014, que aumentou muito, coincidentemente com o advento dos transgênicos. Lembra-se da propaganda da Monsanto que falava que os transgênicos viriam para que se diminuísse o consumo de agrotóxicos? Lembra? Com o advento da soja transgênica, esse consumo aumentou quase 220%. E a área plantada? Nos últimos 15 anos, ela aumentou só 12%. E a taxa de incidência de intoxicação? Aumentou 37%.

Então, a primeira coisa que observamos é que, nesses últimos 15 anos, mais do que duplicou o consumo de agrotóxicos. Já ganhamos quase sete campeonatos mundiais de consumo de agrotóxicos. Não ganhamos a Copa, mas ganhamos sete campeonatos mundiais de consumo de agrotóxicos. A nossa área plantada não aumentou isso tudo. Houve aumento da incidência de intoxicações, e a produtividade agrícola não teve esse ganho todo. A tal modernização foi conservadora, a terra continuou mais concentrada, não houve reforma agrária e não houve um ganho de produtividade tão grande. Esses são dados oficiais do MAPA.

Inspirados em iniciativas do movimento agroecológico, da saúde e da soberania alimentar, nós começamos a articular no âmbito da ABRASCO vários grupos de pesquisadores, que muitas vezes trabalhavam sozinhos, fazendo seus artigos, publicando-os isoladamente. Vimos que era possível nos juntarmos para publicar algo mais robusto. Juntamos pesquisadores no campo da saúde e ambiente, da saúde do trabalhador, da nutrição — aqui se encontra a colega Anelise Rizzolo Pinheiro, do GT de Saúde, de Nutrição e de Segurança Alimentar da ABRASCO; pesquisadores da área de promoção da saúde, da vigilância sanitária; de universidades — Universidade de Brasília, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Pernambuco; além da FIOCRUZ, que se divide em várias unidades, como o INCQS, a Escola Nacional de Saúde Pública, o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana — CESTEHE, a Escola Politécnica; e da própria EMBRAPA, que tem uma unidade de pesquisa em hortaliças. O Vinicius



Mello Teixeira de Freitas, que acho que está presente, é um pesquisador dessa unidade e também contribuiu com esse estudo.

Aos poucos, agregaram-se à campanha vários pesquisadores e estudiosos do tema dos agrotóxicos, como o Fábio dos Santos Miranda, o Luiz Cláudio Meirelles, do CESTEJ, da FIOCRUZ, que acabei de mencionar, e outros militantes da campanha que estão presentes, que foram se somando nessa grande empreitada.

Há alguns pensadores aqui da ABA — Associação Brasileira de Agroecologia, que reúne um grupo de cientistas da agroecologia, sendo uma das maiores associações da América Latina nessa área. Vou citar uma fala muito importante do Paulo Petersen, da ABA: *“Este dossiê é uma enorme contribuição na luta contra o silêncio. Ele grita. Grita contra a mentira institucionalizada. Grita ao denunciar o horror provocado pelo emprego mortífero dos agrotóxicos no Brasil”*. Ele faz alusão a um livro chamado *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, publicado quando os Estados Unidos eram o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Há também declarações de grandes pesquisadores da América Latina, como Jaime Breilh, do Equador, e como Boaventura Santos, grande pensador ícone do Fórum Social Mundial, que fez o prefácio da terceira parte do nosso livro. Segundo o Prof. Boaventura, da Universidade de Coimbra: *“Em vários continentes, estamos a assistir à enorme concentração de terra e à transformação de vastos espaços em campos de monocultura alimentar ou agrocombustível. (...) E estes espaços coincidem com a maior incidência da violência no campo”*.

O nosso dossiê foi dividido em quatro partes. A primeira parte — *Segurança alimentar, nutricional e saúde* — foi lançada no World Nutrition, um congresso mundial de nutrição organizado em parceria com o GT de Nutrição. Seu impacto na mídia mundial foi grande. A segunda parte — *Saúde, ambiente e sustentabilidade* — foi lançada na Cúpula da Terra, na Conferência Rio+20, também com grande impacto mundial. *Conhecimento científico e popular* foi lançado no congresso da ABRASCO, que reuniu mais de 8 mil pessoas em Porto Alegre. A última parte — *A crise do paradigma do agronegócio* — foi lançada ano passado. Então, o livro está fresquinho. Ele foi terminado no final do ano passado, mas foi lançado este ano, em março.



É interessante que nosso livro tem 800 páginas coloridas. Adivinhem quanto custa esse livro! (*Pausa.*) Em uma livraria, ele custaria 300 reais, por aí. Mas ele custa 40 reais, porque nós cedemos os direitos autorais. Ele é todo colorido. Desde o dia do seu lançamento, ele está totalmente disponível na Internet, e é de longe o livro mais vendido da ABRASCO.

Queremos provar que a ciência tem que estar disponível e acessível. Ela não tem que ser vendida a preço de ouro, impedindo que as pessoas tenham acesso à ciência. Ao se navegar pelo livro, cada parte é colorida, o que facilita a leitura. Fizemos painéis gráficos, para que ele funcione como cartilha. Então, ele pode ir para um assentamento rural e funcionar assim. Cada capítulo vira um painel gráfico.

Eu estive em La Plata, na Argentina, em um congresso de Agroecologia. Ele já faz sucesso não na área da saúde, mas na Agronomia. O pessoal já está querendo que ele seja traduzido para o espanhol, porque as faculdades de Agronomia de toda a América Latina querem utilizá-lo.

A primeira parte focou na segurança alimentar e nutricional. Há muitos dados, que já foram apresentados, então não vou comentá-los aqui.

Destaco a pesquisa do Wanderlei Pignati, que teve muito impacto no País. Ele investigou agrotóxicos em leite humano, e descobriu que 100% das mulheres nutrizes em Lucas do Rio Verde exibiam agrotóxicos no leite materno. Isso foi muito impactante. Mas ele também encontrou agrotóxicos em água de chuva e em amostras de urina de professores nas escolas rurais de Lucas do Rio Verde, além de encontrar má-formação nos animais.

Em outra pesquisa, Raquel Rigotto encontrou incidência de câncer 40% maior nos Municípios do Ceará onde havia forte atividade do agronegócio, comparando lugares onde há perímetro de irrigação com lugares onde não há esses perímetros de irrigação, onde há fruticultura para exportação. Então, há uma incidência de mortalidade comprovada estatisticamente na região da Chapada do Apodi.

Uma estatística muito interessante, que foi calculada por um pesquisador do IBGE na sua tese de doutorado na FIOCRUZ, relaciona-se ao Paraná, que é um dos Estados que tem o melhor sistema de receituário agrônomo. Ele conseguiu fazer o cálculo, direitinho, do impacto de uma intoxicação por agrotóxico na área de saúde. Eu já fui trabalhador concursado da ANVISA, e depois fui para a Academia. Quando



eu era da ANVISA, se quiséssemos proibir um produto, as empresas falavam que iríamos quebrar o setor. Lembro o chumbinho, que o pessoal usa para se suicidar. O chumbinho é o Temik, o nematicida que a Bayer utiliza principalmente para controlar um nematoide da laranja. Era um terror proibir o chumbinho, que era desviado muitas vezes para a prática de suicídio, porque falavam que isso iria quebrar o setor. Então, está na hora de a saúde mostrar a conta, e o Wagner fez isso. Ele calculou quanto custa para o SUS a intoxicação de uma pessoa, de um camponês. A conta é essa: cada dólar gasto na compra de agrotóxico pode custar para o SUS 1,28 dólar em gastos futuros com a saúde do camponês intoxicado. Não estou falando de câncer — vou falar daqui a pouco —, mas daquela intoxicação aguda, em que o sujeito chega vomitando, passando mal. Depois, ele recebe um antídoto e melhora.

Sobre o câncer há esse livro, que foi lançado agora, do Prof. David Pimentel, que é um especialista da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Ele tem 700 artigos e 40 livros publicados, foi do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, do Departamento de Saúde, etc. — não dá tempo de falar o currículo dele todo. Em seu cálculo, o Prof. David Pimentel tentou estimar quanto custa uma morte por câncer nos Estados Unidos. Americano é danado, consegue botar preço em tudo. A Agência de Proteção dos Estados Unidos calculou que uma vida humana vale 3,7 milhões de dólares. Uma pessoa morrer custa 3,7 milhões de dólares. Então, ele calculou, mais ou menos, segundo uma série de estimativas, que nos Estados Unidos as intoxicações custam mais de 1 bilhão de dólares por ano: as hospitalizações por envenenamento custam 30 milhões de dólares por ano; o tratamento dos intoxicados, 30 milhões de dólares por ano; as perdas de trabalho, 2 milhões de dólares; o câncer por pesticidas, 1 bilhão de dólares; os acidentes fatais, 166 milhões de dólares.

Temos que convidar o Prof. David Pimentel para o Congresso. Vamos convidá-lo para comparecer à Comissão de Agricultura? Se estão querendo fazer uma reunião, vamos chamar uma pessoa de peso. Ele faz cálculos tão interessantes, que eu acho que seria uma pessoa de peso para essa reunião. Ele traria dados muito interessantes.

Para os senhores terem uma ideia, já estão colocando uma conta que geralmente não se discute, e é uma pessoa que está acima de qualquer suspeita.



Esse quadro mostra a parte ambiental. Esse dossiê multimídia contém várias informações. Não vou entrar em detalhes e vou pular essa parte do conhecimento científico.

Nesse gráfico nós fomos criativos. Vejam o litro do agrotóxico. No Brasil, há muita pesquisa sobre o glifosato, e só há pesquisa na área de agronomia. Apenas 1% pesquisa o impacto dos agrotóxicos na saúde do trabalhador. Por isso, nós somos contra o atual modelo de desenvolvimento hegemônico. Todo mundo está preocupado só com a eficiência do produto, mas somente 1% está preocupado com o seu impacto na saúde. Por isso, somos contra o modelo hegemônico e não temos espaço nas reuniões.

Aqui podemos ver cartas das comunidades do Brasil inteiro, tentando expressar o que está acontecendo em seus territórios, e cartas de resposta do INCA, da FIOCRUZ, da ABRASCO. Temos aqui todos os autores com os seus currículos. Essa é Karen, pesquisadora que foi convidada, mas que não pôde estar presente hoje a esta audiência pública.

Nós não tivemos muito espaço na Comissão de Agricultura, mas o Parlamento alemão nos convidou para falar sobre o dossiê. Foi muito importante falar sobre ele no Parlamento alemão, no dia 29 de setembro. Eles nos deram essa chance, e aqui quase não temos espaço nas reuniões.

Nesse eslaide destaco a importância do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — PLANAPO e do Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos— PRONARA.

Aqui temos uma questão importante: a evolução da iniciativa científica. Antes eram Einstein e Galileu; depois, vieram Watson e Crick; agora, os trabalhos são desenvolvidos em rede.

Esse dossiê é um bom exemplo de trabalho em rede, pois foi produzido por mais de 45 cientistas. Não foi feito por uma pessoa só, como essa mulher, há 50 anos. Ela foi chamada de doida, maluca, mas a obra de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, faz uma referência ao silêncio dos pássaros mortos pela contaminação de agrotóxicos. Quando os americanos iam dar comida para os passarinhos, não existiam mais passarinhos em razão do uso indiscriminado de agrotóxicos. O trabalho dela deu origem à Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos —



EPA, e Rachel foi homenageada pelo Presidente dos Estados Unidos. Cinquenta anos depois, ainda estamos abordando essa problemática do uso do agrotóxico.

Agora, nós estamos ajudando outros países da América Latina. Eventos sobre o tema estão sendo realizados, como a Conferência Nacional de Saúde. Iremos também a uma reunião com a ex-Ministra da Saúde da Bolívia. Há um acordo entre vários países, e o Brasil está assessorando esse trabalho, por intermédio da ABRASCO — Associação Brasileira de Saúde Coletiva. A Associação Latino-Americana de Medicina Social e a Associação Latino-Americana de Agroecologia já o aprovaram.

O Brasil vai ajudar a fazer um dossiê latino-americano sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Já realizamos um evento em Fortaleza nessa direção, do qual participaram dez países. Já definimos a metodologia e já temos uma declaração. As entidades internacionais estão participando disso, e o processo já se iniciou.

Nós vamos fazer o lançamento *on-line* da tradução desse dossiê até o final do ano, e a FIOCRUZ está financiando esse trabalho. O Presidente da FIOCRUZ, Paulo Gadelha, assumiu esse compromisso. Um grupo de pesquisadores do Equador e da Colômbia está terminando essa tradução. Solicitamos à SOCLA — Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia que assumisse esse trabalho no mês passado. Destaco que a unidade da FIOCRUZ no Ceará está ajudando a mudar a Lei de Agrotóxicos.

Temos uma novidade, só para brincarmos um pouquinho. Essa foi a prova do ENEM, e não fomos nós que a elaboramos. A questão da prova do ENEM foi essa charge que virou tema de prova. Sete milhões de jovens tiveram que respondê-la. Na questão, um delegado perguntava para um senhor: *“Por que o senhor desconfia que sua mulher tá tentando matá-lo?”* E ele disse: *“Ela me serviu pimentão, alface e tomate no jantar. E de sobremesa, morango e uva!”*. (Risos.) Desculpem-me, mas essa prova é do ENEM, sem comentários.

E, na semana passada, o dossiê virou tema do vestibular da USP, o mais disputado do Brasil. Vou dar 5 minutos para vocês responderem à questão. A questão é sobre o Mato Grosso do Sul:

“É preocupante a detecção de resíduos de agrotóxicos no Planalto Mato-grossense (Planalto e Chapada dos



Parecis), onde nascem o Rio Paraguai e parte dos seus afluentes, cujos cursos dirigem-se para a Planície do Pantanal. Em termos ecológicos, o efeito crônico da contaminação, mesmo sob baixas concentrações, implica efeitos na saúde e no ambiente a médio e longo prazos, como a diminuição do potencial biológico e espécies de animais e vegetais. Dossiê ABRASCO.

Com base no texto e em seus conhecimentos, é correto afirmar:

a) No Mato Grosso do Sul, prevalece a criação de caprinos nas chapadas, ocasionando a contaminação dos lençóis freáticos por resíduos de agrotóxicos.” — Certo ou errado? (Pausa.) Errado.

“b) No Mato Grosso, ocorre grande utilização de agrotóxicos, em virtude, principalmente, da quantidade de soja, milho, algodão nele cultivado.” — Certo ou errado?

(Manifestação na plateia: Certo!)

Todo mundo passou na USP!. (Risos.)

Obrigado. (Palmas.)

E para terminar, eu vou doar aqui, em nome de todo o grupo de autores do dossiê, ao nobre Deputado que nos convidou para estarmos nesta audiência, um exemplar do *Dossiê ABRASCO*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Muito obrigado, Fernando, a quem agradecemos muito a participação.

Eu acho que o repto está lançado: juntar a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e tentar fazer este debate com contraditório. Não é? Muito bom. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao último expositor, concedo a palavra ao Deputado Padre João para que faça sua saudação.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, na verdade, nós temos uma reunião ao meio-dia. Nós tínhamos três reuniões, simultâneas, pela manhã, quatro com esta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Agradecido pela sua presença.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por esta audiência. Cumprimento aqui os expositores, o Fernando, o Dr. Pedro, todos incansáveis lutadores. Cumprimento também o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que é o Relator de um projeto de lei de minha autoria que objetiva disciplinar os receituários agronômicos e a destinação do comprovante do receituário, o que é um grande problema. Esse projeto de lei está na Comissão de Seguridade Social e Família.

Projetos meus, relacionados o agrotóxico, devem existir uns oito, e nenhum foi aprovado na Comissão de Agricultura. Então, prevalece a lógica ruralista de não ter compromisso com o trabalhador. Por isso é que eu não tenho dúvida nenhuma em relação ao avanço que nós tivemos este ano. Eu acho que o maior avanço na democracia, este ano, não veio do Congresso Nacional, ela veio do Supremo Tribunal Federal, quando ele determinou o fim do financiamento empresarial de campanha. Esse foi um avanço para a democracia. (*Palmas.*)

É lamentável que as pessoas que conquistaram o poder pelo voto do trabalhador, do povo, fiquem a serviço da lógica das grandes empresas, que dominam, que monitoram, que fazem mudar o Relator, que fazem mudar o voto, que têm influência direta nesta Casa. Isso tem acontecido.

Por exemplo, foi um custo colocarmos as imagens, mesmo com o voto contrário de vários. Mas colocaram-se a imagem. Se aquele produto tem aquele resíduo de veneno, o que custa que se conste ali? Nós não já temos, nos alimentos, as informações ao consumidor, em relação ao percentual de gordura, de açúcar, de sódio? E por que não sobre aquilo que é nocivo, como é o agrotóxico? Uai! É preciso informar qual o veneno que foi utilizado na produção do que se chama alimento! E também temos que rever essa questão do alimento, porque o alimento é o que garante saúde e vida, e não o que garante doença e morte, seja daquele que está no campo, seja daquele que está na cidade. É alarmante.

Mas, infelizmente, com o público e com alguns colegas não há como discutirmos saúde do trabalhador, porque isso não interessa. Mas talvez isso aqui



possa tocar as pessoas. Acabei de receber uma reportagem que foi publicada no *Valor Econômico* ontem, dia 02 de dezembro de 2015. Ela diz: “*União Europeia questiona controle de resíduos em alimentos do Brasil*”. Assim, vão fechar o mercado da União Europeia para o País.

O Ministério da Agricultura já recebeu a carta com essa advertência relativamente à carne de cavalo, à de porco e à de frango. Sendo assim, talvez pelo bolso eles consigam mudar a consciência. Pelo bolso! Da mesma forma, já tivemos devolução de cargas de laranja, de cargas de soja. Já tivemos problemas até mesmo com o açúcar. Com a devolução de produtos, possibilitando o fechamento do mercado, talvez eles consigam mudar a forma de produção ou, pelo menos, dar-nos apoio para avançarmos na forma de produção.

Quando questionam o agrotóxico, é lamentável, para não dizer que é absurdo e inadmissível, alguém tratar isso como um preconceito e dizer. “*Isso é preconceito em relação ao agrotóxico*”. É inadmissível não ter sido feito o lançamento do PRONARA, quando, se não me engano, 12 Ministros assinaram a favor do lançamento do programa e apenas 1 não assinou.

Nosso compromisso de fato é com a vida. É importante unirmos todas as nossas forças. Não preciso trazer os dados alarmantes, como a extinção das abelhas e os efeitos disso sobre a saúde. Os dados já estão aí. Isso é um tiro no pé.

A denúncia feita aqui sobre essa venda casada é importante. Ela se refere ao fato de que as empresas que dominam o mercado das sementes são as mesmas que dominam o mercado do veneno e que estão na farmácia esperando. E ainda dizem: “*Se é Bayer, é bom*”.

Sr. Fernando, eu tive a oportunidade de falar com os Verdes, no Parlamento alemão, sobre o que a Bayer vem fazendo no Brasil. Eles ficaram surpresos com essa denúncia. Além disso, muitos produtos que já estão proibidos nos Estados Unidos, feitos pela Monsanto, continuam sendo usados aqui. Esses produtos foram proibidos nos países de origem dessas empresas multinacionais. Por isso, também não podemos permitir essa lógica perversa no Brasil.

Dessa forma, acho que está aqui a resposta. Talvez pelo bolso eles consigam mudar a forma de produção e, assim, somar o compromisso que temos em primeiro



lugar com os trabalhadores, com as pessoas, com a vida humana, com a biodiversidade, com as águas.

E Dr. Pedro, como padre, eu não poderia deixar de falar a quem está estudando esse tema da *Laudato Sí*, a carta que o Papa Francisco dirigiu a todos os dirigentes. Nela, ele cita claramente a questão do agrotóxico. Acho que ele fala a nossa linguagem. Trata-se de um documento muito importante e estratégico para trabalhar também com as lideranças populares, a fim de fazermos esse enfrentamento e convenceremos a população da cidade, mostrando que ela está sendo envenenada, que o que chega à mesa dela está causando-lhe doença e morte, e não saúde e vida.

Reafirmo, mais uma vez, na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Combate à Fome, nosso compromisso de avançar nesse conceito de soberania alimentar. Acho que nós temos de discutir mais e devemos nos aprofundar nesse conceito, somando esforços para convenceremos nossos colegas ruralistas de que não podemos suportar ou admitir isso. Esse posicionamento é interessante até para eles próprios. Eles mesmos sabem que têm que vender 25 sacas de milho na colheita para comprar um pacotinho de 20 quilos de semente de milho. Isso ampliou fabulosamente o volume de agrotóxico.

Quando apresentei na Subcomissão nosso relatório, um Deputado disse o seguinte: *“Então, eu fui enganado, porque eu votei no transgênico aqui porque me disseram que ele iria reduzir o uso de agrotóxico”*. O próprio Deputado deu esse depoimento na Comissão de Seguridade Social e Família, porque foi enganado.

Muito obrigado pela tolerância e me desculpem. Nesta reunião, o Deputado Adelmo, o Relator, que é médico e que tem compromisso com a saúde, tem-nos ajudado junto ao núcleo agrário, para fazermos o enfrentamento dentro deste Governo, que tem que ser mais nosso e mais do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Como ontem não o encontrei, aproveito para colher a sua assinatura agora. Nós estamos com um abaixo-assinado com as assinaturas de vários Parlamentares — será bom se os três colegas puderem assinar — com o objetivo de entregar ao Ministro Berzoini o pedido para que implemente o PRONARA. Eu não colhi a sua assinatura porque não o encontrei. (*Palmas.*)



O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Gostaria de dar somente uma informação, que vai se somar à nossa luta. Como nós tivemos uma grande frustração na Conferência de Segurança Alimentar, naquela semana eu colhi 47 assinaturas, e protocolamos na Casa Civil o abaixo-assinado que solicitava que lançassem o PRONARA na Conferência de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Quando isso aconteceu?

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Foi há um mês, na Conferência de Segurança Alimentar. Nossa esperança era lançar o programa na conferência, mas não o fizeram. Nós até publicamos o abaixo-assinado. Salvo engano, são 47 assinaturas, muitas de Parlamentares do PT. Nós tivemos esse enfrentamento interno. Por isso não recorri, mas não se trata de exclusão. O objetivo era dizer ao setor do Governo que não pode prevalecer a concepção de um Ministro em detrimento de tantos outros Ministros e de nós, Parlamentares.

Mas nós protocolamos e esperávamos que fosse lançado agora.

(Não identificado) - É possível conseguir 200 assinaturas, Deputado.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Ótimo. Podemos conseguir 300.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Em vez de protocolar, vamos entregar o abaixo-assinado pessoalmente. Nesse caso, solicito a V.Exa., que tem amizade com o Ministro Berzoini, que marque uma audiência para nós.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Está bem. V.Exa. tem o nosso compromisso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Agradeço ao Deputado Padre João.

Concedo a palavra agora ao Dr. João Suender Moreira, representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho e de Acompanhamento da População Exposta a Agrotóxicos no Distrito Federal.

O SR. JOÃO SUENDER - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria saudar toda a Mesa, em nome do nobre Deputado Augusto Carvalho, que foi o proponente desta importante audiência.

Também gostaria de ressaltar a importância deste momento. Eu acho que é muito difícil comparar a tamanha diferença que existe entre a militância que luta



contra os agrotóxicos e pela agricultura familiar e pela agroecologia e os obstáculos que se impõem a ela.

Por isso, este momento é tão importante, pois é o momento de fazermos o debate e de o aprofundarmos, a fim de construirmos esse processo. Vejo inclusive alguns amigos e colegas militantes da campanha. Vamos conseguir chegar a um resultado mais positivo, embora, infelizmente, seja muito triste a realidade que vivemos.

Eu queria pedir-lhes licença para apresentar um pouco do trabalho que desenvolvemos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu trago aos senhores alguns dados. Existe de uma análise muito cosmopolita em relação ao uso do agrotóxico e de seus impactos na saúde e no ambiente, porque isso infelizmente é generalizado no Brasil e no mundo.

É claro que, em alguns países e em algumas comunidades, já existem avanços em relação a esse combate. Mas eu quero trazer aos senhores uma questão mais local. Eu quero trazer a análise de tudo isso para o nosso quadrado que é o Distrito Federal.

Como foi dito aqui, eu trabalho na Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Até o final do ano passado, coordenei um programa chamado VISPEA-DF — Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Distrito Federal. Trata-se de um programa instituído pelo Ministério da Saúde. E ele foi implementado no Distrito Federal a partir de 2013, que foi o momento em que assumi esse programa para tentar fazer um levantamento e uma compilação de dados. E também, é claro, o Estado atuou fazendo articulações intersetoriais, para enfrentar o problema do uso de agrotóxico no Distrito Federal.

Esta é a primeira imagem que mostro aos senhores. Não quero ser repetitivo porque muitos já falaram sobre o assunto, mas conhecemos muito bem essa historinha sobre a origem do agrotóxico, que foi desenvolvido na Primeira Guerra Mundial. Algumas figuras ilustram bem isso.

Infelizmente chegamos a isso que coloquei nesta imagem. Trata-se de uma reportagem do *Globo Repórter* que mostra a problemática do agrotóxico. Isso já foi dito aqui algumas vezes. Infelizmente acho que o mais ressaltado aqui foi o fato de o



Brasil ser o campeão mundial de uso de agrotóxicos pela sétima vez consecutiva. Infelizmente este é o trágico resultado a que o Brasil chegou.

Essa informação também o Prof. Fernando Carneiro já mostrou. Eu coloquei esse eslaide para ressaltar. Trata-se de dados sobre a evolução da produção agrícola, consumo de agrotóxicos e incidentes de intoxicação por agrotóxico no Brasil. Isso aqui é um levantamento feito pelo SINAN, que é um sistema de notificação do Ministério da Saúde, do IBGE e do SINDAG, que é o Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola.

O Fernando já explicou um pouco esse gráfico, e não vou ser repetitivo. Vejam que ele mostra aqui claramente o grande aumento no consumo de agrotóxicos. Nesse caso, não se vê esse aumento, que é proporcional à área produzida, à área plantada. E há ali a taxa de consumo de agrotóxico, que aumenta, e a incidência de intoxicação também tem aumentado. Infelizmente se vê que a produção não acompanha esses aumentos.

Eu peguei este gráfico exatamente do dossiê que foi apresentado aqui pelo Fernando Carneiro. Trata-se de um gráfico que mostra um pouco dos resultados. Na verdade, trata-se de resultados elaborados com dados de 2010 pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, da ANVISA. Esse dado mostra que mais ou menos 63% de todos os alimentos consumidos no País têm algum resíduo de agrotóxico.

Ali há 37%, que são as amostras em resíduos e outras que são satisfatórias. Mas, como vocês viram pela brilhante apresentação da Dra. Márcia, o quer dizer satisfatório? Na verdade, se pegarmos o efeito cumulativo disso em uma intoxicação crônica, teremos a certeza de que nada é satisfatório em relação ao agrotóxico. Vamos ver que isso é cumulativo e, no final, isso vai ter um impacto, que é a intoxicação crônica e o desenvolvimento de várias doenças crônicas na população.

Aqui está um quadro que também trouxe para os senhores, a fim de mostrar-lhes um pouco dos efeitos dessas intoxicações. Esse quadro classifica alguns efeitos, classifica algumas intoxicações de acordo com o grupo químico, de acordo com a praga que o agrotóxico controla. Ali há fraqueza e cólica, tonteira e vômito. E, é claro, trata-se de intoxicações agudas de um lado e, de outro, trata-se de intoxicações crônicas, com aqueles efeitos mais pesados decorrentes do uso de



agrotóxico, mostrados e evidenciados quase sempre há um longo tempo. Isso aqui não é apresentado em um curto período de tempo. Às vezes leva décadas.

Como eu disse, vou trazer um pouco da análise dessa questão do agrotóxico aqui para o Distrito Federal. O VISPEA foi um trabalho feito com articulação de outros órgãos do Distrito Federal. Participaram desse trabalho a Secretaria de Agricultura, EMATER, e outros órgãos da Secretaria de Saúde, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Vigilância em Saúde Ambiental, Saúde Sanitária, Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente, Instituto Brasília Ambiental — IBRAM, do Distrito Federal. Esse trabalho foi feito com esses parceiros.

O primeiro gráfico que eu quero mostrar aos senhores expressa as intoxicações por agrotóxico no Distrito Federal. Há neste eslaide dois dados que mostram um pouco do problema existente, já referido nesta reunião, que é a questão da subnotificação que acontece nos sistemas de notificação do Brasil.

Aqui temos o SINITOX, que é um sistema de notificação da FIOCRUZ. E temos um sistema de notificação do Ministério da Saúde, que é o SINAN. Se compararmos os dois gráficos — esses aqui são dados do Distrito Federal —, veremos que há uma grande divergência de dados, o que mostra claramente que esses sistemas não são totalmente confiáveis. Por quê? Porque se fossem, haveria uma notificação, tanto no SINAN como no SINITOX, mais próxima uma da outra. Por que, então, existe uma notificação no SINAN, que é muito mais baixa do que no SINITOX? E pior, como já foi dito aqui pelo Dr. Pedro: cada notificação representa outras 50 que não foram feitas? Então, temos um problema grave.

Esse gráfico mostra o consumo de agrotóxicos no Distrito Federal comparado ao número de notificações no SINAN. Desculpem-me, mas, como eu sou daltônico, não vou falar as cores. (*Riso.*) A barra maior corresponde ao consumo de agrotóxico: 895 toneladas de agrotóxicos em 2012. Houve um aumento entre os anos de 2009 e 2012. Também vemos um aumento no número de notificações no SINAN, que de certa forma podemos dizer que é proporcional.

Esse outro gráfico corresponde ao consumo de agrotóxicos no Distrito Federal comparado ao número de notificações no SINITOX, aquele outro sistema da FIOCRUZ: temos o mesmo dado, de 895 toneladas de agrotóxicos consumidos no



Distrito Federal, em 2012, que foi o último dado que conseguimos levantar. Vemos nesse gráfico um pouco o inverso daquilo que foi mostrado no gráfico anterior.

No gráfico anterior, vemos certa proporcionalidade entre o aumento do consumo de agrotóxicos e o aumento de notificação. Já nesse sistema vemos certa estaticidade na notificação. Houve um aumento no consumo de agrotóxico, mas não houve aumento de notificação, e sabemos que, quando há aumento de consumo de agrotóxico, naturalmente há aumento do número de notificações.

Quanto à área plantada no Distrito Federal em hectares, os dados que tirei são do último censo do IBGE, de 2010, também há um aumento, chegando em 2012 a 134.905 hectares.

Já falei desse número: aumento de 895 toneladas de consumo de agrotóxicos, entre 2009 e 2012.

Eu trouxe esse dado, levantado pelo Centro de Informações Toxicológicas, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, entre 2008 e 2013. Vemos que há um aumento principalmente no sexo masculino das intoxicações de 2008 até 2013. Aqui também mostra claramente aquele aumento que apresentei no gráfico de intoxicação relacionado ao aumento do consumo de agrotóxico.

Esse gráfico mostra casos de intoxicações por agrotóxicos segundo zona de ocorrência. Isso também foi um teste de conclusão de curso. Estou trazendo dados que foram tirados do VISPEA e que serviram para tese acadêmica.

Já foi dito aqui que a intoxicação por agrotóxico não ocorre no meio rural. Por esse gráfico, vemos que o trabalhador rural também é intoxicado, mas que, claramente, quem está sendo mais intoxicada é a pessoa que mora na zona urbana. Por quê? Porque dentro dessas notificações estão os agrotóxicos que são mais liberados, como aqueles inseticidas usados na tomada para fazer a eliminação do pernilongo, aqueles que, quando se passa em qualquer mercado, está na prateleira, superexposto que se pode comprar e levar para a casa.

Este outro gráfico mostra o porquê da informação do gráfico anterior, pois mostra os registros de intoxicação no Distrito Federal pelas circunstâncias. Vemos claramente, em 2013, por exemplo, que 190 pessoas foram intoxicadas em TS, que é tentativa de suicídio. Então, 190 pessoas, no Distrito Federal, em 2013, tentaram o suicídio com agrotóxico. Outro dado importante é que, em 2013, 256 pessoas



sofreram um acidente com agrotóxico. Na verdade, há vários dados que mostram que a intoxicação se dá de diversas formas: por acidentes, por tentativa de suicídio e outras.

Nesse próximo gráfico, é possível ver que o consumo e a intoxicação por agrotóxico no Distrito Federal ocorrem mais na zona urbana. É possível vemos que, por exemplo, a maioria das intoxicações se deu na faixa etária que compreende crianças de 1 a 4 anos. Por quê? Porque, como eu já disse aos senhores, aquele agrotóxico camuflado, infelizmente, que inclusive não traz nem tarja de toxicidade, porque ele está ali na prateleira do mercado, pode ser comprado por qualquer pessoa. Na verdade, a compra do agrotóxico tem que ser regulada, mas nesses casos não. A mãe leva para casa, coloca na tomada. Usa o agrotóxico de alguma forma. A criança de 1 a 4 anos é a que está sendo mais intoxicada nesses casos.

Esse eslaide traz levantamentos que fiz no Programa PARA — Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, no Distrito Federal. O PARA funciona da seguinte maneira: cada Estado faz a coleta dos alimentos, envia aos laboratórios de referência, que fazem as análises dos resíduos. Depois, a Anvisa faz o compilado de todos esses dados para fazer o lançamento do PARA Nacional. Esse é o PARA do Distrito Federal, que é feito apenas no Distrito Federal. Aqui são colocadas as porcentagens de amostras que deram insatisfatórias entre os anos de 2008 e 2012.

Se pegarmos, por exemplo, o último ano, 2012, veremos que 30% das amostras de abacaxi coletadas no Distrito Federal deram insatisfatórias; 25% de alface; 40% de cenoura; feijão, 11,11%; laranja, 30%, morango, 38,9%; pepino, 40%.

Essas informações aqui, inclusive, são corroboradas com aqueles dados do PARA Nacional. Se pegarmos os dados do PARA Nacional veremos que existe uma correlação com isso aqui. O Distrito Federal não é exceção.

Esses dados, já foram mostrados pelo Dr. Pedro Serafim da Silva e por outros colegas da Mesa. Entre os anos de 2009 e 2012, as maiores quantidades de ingrediente ativo usado no Distrito Federal foi o glifosato, que está realmente liderando a quantidade de uso no Distrito Federal. O glifosato é usado nas plantas transgênicas, inclusive porque a planta transgênica é resistente a esse herbicida, que combate todas as outras plantas ali presentes.



Aqui são mostradas outras ações desenvolvidas pelo programa ao longo de 2013 e 2014. Foram ações articuladas, mas muito difíceis de serem desenvolvidas porque envolvem vários órgãos do Estado, o que causa, infelizmente, uma desfragmentação muito grande nas ações, de maneira que falta articulação e transversalidade nas políticas públicas. Conseguir agregar órgãos distintos para poderem fazer um trabalho articulado, para somar um resultado mais robusto, é muito complicado. Foi muito difícil fazer isso aqui, no Distrito Federal, ao longo desse tempo em que coordenei esse programa.

Nesse eslaide temos alguns dos resultados que podemos mostrar. Por exemplo: em termos de recolhimento de embalagens de agrotóxico, foram 330 mil quilos; dosagem de colinesterase, que é um indicador de intoxicação por agrotóxico, foram 246. Enfim, existem várias outras ações que foram desenvolvidas aqui.

Essas são informações mais específicas realmente para o programa que foi instituído pelo Ministério da Saúde, que foi implementado no Distrito Federal, mas que podemos extrapolar como medidas para poder tentar fortalecer o programa e fortalecer algumas políticas de Estado para a questão dos agrotóxicos, como, por exemplo, a sustentação de uma política. Por quê? Porque a política foi institucionalizada no Ministério da Saúde. Aqui, no Distrito Federal, não existe nenhum decreto, nenhuma portaria, nada que a institucionalize. Então, o trabalho da Vigilância se torna um trabalho de militância, um trabalho de governo, e não de Estado. Portanto, se muda o coordenador, se muda o governo ou se muda qualquer coisa, tudo pode ir por água abaixo, infelizmente. Tem que haver uma institucionalização de programas transversais como esse, não só aqui, no Distrito Federal, pois ele também acontece em outros Estados, como em Pernambuco, por exemplo.

Existem recursos que são repassados pelo Ministério da Saúde para a execução desse programa específico, mas, infelizmente, em razão da burocracia e por esse recurso cair num fundo que não tem fundo, que é o Fundo de Saúde, é muito difícil executar esse recurso que foi repassado para um programa específico. Há prioridades dentro de todas as políticas que têm que ser desenvolvidas, e esses são programas que, infelizmente, não são prioridade de gestão.



É preciso maior articulação com movimentos sociais, academia, instituições públicas e também ser feita uma estruturação do programa, com ampliação de recursos. A capacitação de produtores também é preciso fazer, para que se evite a contaminação dos produtores rurais. É muito difícil e é muito ruim constatar que os produtores não têm a menor capacitação para utilizar um agrotóxico e, quase sempre, eles não sabem usar um EPI. É necessária também uma destinação orçamentária para esse programa específico. Deve ser criada uma forma de destinação orçamentária para o programa, e não apenas genérica.

Essas eram as coisas que eu queria apontar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Dr. João Suender.

Alguns Parlamentares estão inscritos. O Deputado Valdir Colatto esteve aqui desde o primeiro momento, mas antes dele está inscrito o nosso colega Deputado Adilton Sachetti.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Bom dia, Deputado Augusto, demais componentes da Mesa e quem aqui nos acompanhou nesta manhã de hoje.

Eu quero dizer que sou produtor rural, sou consumidor de agrotóxico, faço parte da Frente Parlamentar e não tenho que me envergonhar de estar aqui nesta Casa Legislativa.

Os recursos que recebi estão declarados na minha prestação de contas, que é aberta a quem quiser checar o que lá está. Eu só não posso aceitar ser agredido da forma como se colocam as coisas. Se quisermos evoluir num debate verdadeiro, temos que ouvir todos os interessados nisso e despolitizar o discurso, porque, senão, nós vamos ter consequências.

Eu uso agrotóxico por necessidade. Eu não gostaria de usá-lo. A atividade que desenvolvo me leva à utilização disso. Eu fico preocupado, porque temos que discutir com base em dados em que as contas fechem, e não com base em suposição.

Eu ouvi dizerem aqui que 1 caso é relatado e 50 não são relatados. Se 50 casos não são relatados, como é que se chegou a este número? Eu poderia chegar



aqui e falar que eram 100, eu poderia falar que eram 20, eu poderia falar que era 1. Então, como é que se chega a este número de 1 caso relatado para 50 não relatados?

Eu ouvi também aqui da Dra. Márcia o relato de várias situações de câncer que ela não confirma, ela fala em “provavelmente”. Em ciência, não existe “provavelmente”; ou é, ou não é. Se for, tem que eliminar; se não for... Não dá para ficar no “provavelmente”. Quem tem câncer na família sabe do que eu estou falando. Eu vivo isso.

Também ouvi aqui falarem sobre Estados Unidos e Brasil em relação à utilização de produtos agroquímicos. Não se falou na Europa, e lá também se usa. A maioria dos produtos químicos que nós usamos aqui tem origem e é usada lá.

Eu ouvi aqui dizerem que agrotóxicos não têm relação nenhuma com a produtividade. Eu não posso concordar com isso, porque não é verdade.

Também ouvi falarem aqui em 220% de aumento de consumo de agrotóxicos sem separarem os agrotóxicos. Se há grande volume de agrotóxicos hoje concentrado na utilização de uma molécula, que é o Roundup, não dá para se dizer que, então... O Roundup é que teve um grande crescimento.

Sou produtor e eu estava mostrando aqui para Deputado Padre João, há pouco, fotografias da minha lavoura, feitas neste ano, na qual eu utilizo variedade transgênica. Nós usamos o herbicida da Monsanto — a lavoura já está em fase de floração — e não aplicamos até agora nenhum outro agrotóxico. Plantamos 100 hectares, que é o que faz o refúgio dentro da propriedade, de uma variedade convencional. No mesmo período no passado, ela já recebeu cinco aplicações de inseticida. Então, nós vivemos realidades que têm que ser ditas e que temos que mostrar com a vida prática.

Nós ouvimos aqui também dizerem que para cada 1 dólar gasto, gasta-se 1,28 com intoxicação. Que dado é esse? De onde se tirou? Qual foi a metodologia aplicada? Isso aqui não tem um mínimo fundamento técnico. Chegam aqui e dizem esse número, mas não quantificam com clareza no que foram gastos esses 1,28. Fica muito fácil: eu pego um número aleatório, trago aqui e vira verdade.

Nós estamos aqui para entender como funciona o impacto do agrotóxico. Eu não gostaria de usar agrotóxico. Se houvesse alternativa que nos desse condição de



produzir as atividades que exerço, eu não usaria. Mas não existe. E, se não existe, nós temos que trabalhar com o menor impacto possível.

Isso sim tem que ser discutido. Nós temos que buscar reduzir ao máximo qualquer exposição, qualquer impacto que a utilização desse produto tem sobre a nossa vida.

O Deputado Padre João falou aqui sobre a questão do milho. Ele não era palestrante, mas citou a questão. Os custos de uma variedade de milho têm que ser desdobrados, quando se começa a falar do valor final de um saco de milho. Não estou defendendo o produtor de milho, uma vez que já fiz este questionamento: por que um saco de sementes de milho custa 500 reais? Eu recebi a resposta, e fui convencido parcialmente de que aquela resposta era verdadeira. Existe a parte comercial, mas existe a parte de investimento em tecnologia ali dentro. Existe a parte de pesquisa, que tem que ser remunerada.

Por esta pressão que nós estamos recebendo hoje sobre a utilização de agrotóxicos, quem os usa está chegando ao ponto de ficar temeroso. Se os senhores vissem como é em certas regiões...

Eu aqui quero discordar quando se fala de Lucas do Rio Verde, pois há produtos que apareceram nesse levantamento que são feitos lá. E é por isso que eu não dou o crédito a esse levantamento. Ele não tem publicação científica. Foi uma pesquisa individual de um professor, que apresenta dados de produtos que há mais de 20 anos não são usados. E há 20 anos não existia nada em Lucas do Rio Verde, a não ser cerrado.

Então algumas coisas nós temos que observar, porque viram verdades sem existir a tal verdade. É essa a minha preocupação.

Eu fico contente quando este assunto é discutido aqui. Tem que haver o contraditório. Eu entendo que nós, como produtores, temos que buscar segurança no nosso trabalho. Nós temos colaboradores e queremos dar segurança a eles. Nós não estamos aqui para fazer mal a ninguém, nem à sociedade que consome o que produzimos lá no campo.

Agora, temos que separar e deixar claro quais são as atividades, porque se colocarmos todo mundo dentro do mesmo balaio e sairmos dando pancada em todo



mundo, vamos pegar muita gente que não tem nada a ver com isso e utiliza agrotóxicos.

Eu acho que tem que haver esse debate mais aprofundado, essa discussão mais aprofundada. Muitas vezes, temos que desarmar os espíritos de um lado e do outro e buscar o meio termo, evitando aquilo que nos pode trazer problema, mas também dando valor àquilo que é feito com retidão e com seriedade na hora de se fazer a aplicação dos produtos.

Quando se fala em aplicação de defensivos com avião parece que é o fim do mundo. Se houve algum problema, tem que ser anotado aquele problema, o local, quem fez. Se fez errado, tem que ser punida aquela pessoa. Se não é feito isso, todos aqueles que fazem corretamente são jogados na lata do lixo. E há muita gente fazendo uso correto da aplicação de defensivos agrícolas ou, como queiram chamar, de agrotóxico. Não é todo mundo que banaliza, que o usa à vontade. Evita-se ao máximo utilizar qualquer produto químico, porque, a cada vez que se utiliza um produto desses, é desembolso que se tem fazer, é menor o resultado da atividade. Então, ninguém, em sã consciência, usa agrotóxico aleatoriamente. Se o modelo de produção está errado e se o modelo de concentração não é o ideal, é outra coisa a ser discutida.

Quanto à utilização, eu acho que nós temos que dar um passo e dar oportunidade para um diálogo maior, senão nós vamos ter enfrentamento muito pesado nesse sentido, já que existem pessoas que, do outro lado, também vão levar o assunto a ferro e fogo. Eu acredito que não é levando isso em ponta de faca que se vai encontrar oportunidade para se conviver.

E eu vejo que não há nenhum país que tenha agricultura com exploração comercial que não utilize agrotóxico. Eu não conheço. Se vocês conhecerem, me mostrem, porque eu quero aprender para também colocar em prática. Nenhum país do mundo. Fala-se em outros países, como França, mas nesses países o Roundup é usado na mesma dosagem que se usa aqui, talvez até maior. O que nos difere — nós temos que observar isso — é que nós vivemos num país tropical, e na agricultura tropical se faz necessária a utilização de uma série de produtos que, em países do hemisfério norte, que normalmente são os que tomamos como referência, a agricultura não usa, pela condição natural do clima. Qualquer fungo, ficando seis



meses embaixo da neve, é eliminado. Aqui não ocorre essa eliminação. Nós temos que usar fungicidas no período de umidade.

Eu gostaria muito de participar — quero referendar juntamente com o Deputado Balestra — de audiências públicas em que pudéssemos ouvir os dois lados, profissionais que possam dar oportunidade a outros falarem nesta discussão. Senão ficamos nós, que somos ativistas, tirando a ciência e colocando ativismo pessoal. Esse é um problema que diz respeito a toda a sociedade: a que vive no campo e a que vive na cidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Muito obrigado, Deputado Sachetti, pelas suas ponderações muito bem feitas.

Vou passar a palavra ao Deputado Valdir Colatto. Em seguida faremos a rodada, porque eu acho que o que foi dito foi instigante. Para ampliarmos o debate, na sequência, eu abrirei a palavra para os demais participantes.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Cumprimento o Presidente Augusto Carvalho, brasiliense, que trouxe os debatedores. Eu vi que a maioria é do Distrito Federal.

Sr. Presidente, o requerimento foi de V.Exa.? Foi. Eu gostaria que houvesse aqui o contraditório, pessoas que mostrassem o outro lado, o que infelizmente não ocorre. Aqui só se ouviu um lado, só se teve uma visão desse processo, que eu coloco como defensivos agrícolas e defensivos urbanos também, como disseram João Suender e o Deputado Sachetti. Um dado que eu observei e até anotei, foi que o João, representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, disse que os problemas de intoxicações são maiores na área urbana. É isso, Dr. João?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Os dados que o senhor tem são que as intoxicações são maiores na área urbana? *(Pausa.)*

No Brasil não é diferente. Eu queria só levantar a questão que os mesmos defensivos usados no campo são usados na cidade. Eles matam mosquito, barata, mosca, rato. São utilizados os mesmos princípios ativos. Eu sou engenheiro agrônomo, conheço bem essa área. Os princípios ativos são os mesmos que se usam no campo. Então, quem sabe se nós hoje buscássemos um combate orgânico



contra o mosquito da dengue, todos seríamos exterminados no País, pois agora estão sendo transmitidas outras doenças pelo mosquito da dengue, além de outros insetos que infernizam a nossa vida na cidade e no campo. Assim, tem que se colocar bem clara a situação, que deve ser explorada. Vamos abolir os inseticidas, os raticidas, os baraticidas e outros produtos usados nas cidades? É possível ficar só usando produtos orgânicos? Eu não conheço. Há alguns produtos biológicos, mas até agora não deram certo.

Eu quero repudiar todas as acusações feitas por várias pessoas. Elas serão responsabilizadas. Temos aqui as notas taquigráficas para isso. Já acionamos a Procuradoria da Câmara, para que as pessoas comprovem as acusações. Afinal de contas, vivemos em um País democrático, onde cada um diz o que quer, mas responde pelo que diz.

Sr. Presidente, nós vamos sair daqui a pouco para almoçar. Com certeza 90% dos nossos alimentos, carnes, grãos e legumes, provêm de produtos transgênicos. E os mesmos produtos transgênicos, que muitas pessoas combatem ideologicamente, são aqueles em que se evita o uso do defensivo agrícola. Só para se ter ideia, com relação ao milho transgênico Bt —*Bacillus thuringiensis*, se não for transgênico o milho normal de variedade, ele chega a levar quinze aplicações de inseticida para combater a lagarta do milho, a lagarta-do-cartucho. Qual é a melhor atividade agrícola? Usar o transgênico ou continuar usando o defensivo agrícola quinze vezes, que certamente deixa resíduo? Deixa, sim, resíduo! Qual é o caminho que vamos seguir? Outro caminho é não se produzir. Quem conhece a lavoura de milho sabe que, entre uma lavoura transgênica e a não transgênica, se houver o ataque de lagartas, não se colhe nada. Simplesmente não se colhe. E assim não haverá comida. Simplesmente não haverá.

Sou autor da lei que trata da agricultura orgânica. Poucos sabem disso. Há mais de 20 anos, fiz um projeto nesta Casa, que hoje é a lei que regulamenta os produtos orgânicos. Como agrônomo, claro que eu queria, e quero, que tudo o que nós fazemos dentro da agricultura seja orgânico. Quem não quer? Por exemplo, conheço muito bem o tomate orgânico e o não orgânico. Eu prefiro o orgânico, porque ele tem um sabor diferente. Claro. Mas é possível produzir produtos orgânicos para alimentar o Brasil e o mundo como estamos fazendo?



A produção de produtos orgânicos no Brasil chega a 1%, Dr. Fábio Miranda. O senhor está rindo, mas se o senhor quiser alimentar a população do Distrito Federal com produto orgânico, vai conseguir alimentar 1% da população. Só 1%! Mas, então, 1% come e 99% ficam sem comer? É isso que nós estamos dizendo. Essa questão de usar ou não usar é uma coisa que tem que ser... *(Pausa.)*

Por favor, o senhor poderia deixar de ser irônico nesse processo? Eu o ouvi e quero que o senhor me ouça também.

No que diz respeito à agricultura orgânica e não orgânica, estamos produzindo 200 milhões de toneladas de grãos e há 200 milhões de cabeças de gado. O franguinho que chega à panela, bem como a carne suína e bovina, é proveniente dos orgânicos. Quanto ao pãozinho de cada dia, não se vai encontrar em lugar nenhum no Brasil um pão que não seja feito com produto transgênico, porque nós importamos o trigo da Argentina, do Canadá, dos Estados Unidos. O pão de cada dia não é mais nosso porque nós importamos a matéria-prima por conta de uma política errada de Governo. Isso tem que ficar claro. Qual é a alternativa que temos para que possamos transformar a nossa agricultura em orgânica? Atualmente apenas 1%, 2% da produção agrícola é orgânica. Queremos que esse nicho de mercado evolua, mas, enquanto não houver saída técnica para produzirmos sem usar os defensivos agrícolas, teremos que fazer dessa forma.

E quanto a dizerem que todos vão morrer intoxicados, vejam a história da longevidade do brasileiro. Há 30 anos, 40 anos, qual era a média de idade do brasileiro? Era de 50 anos. Hoje, está entre 70 anos e 74 anos, em Santa Catarina, chega a 78 anos. Será que esses defensivos agrícolas estão envenenando a população? Será que a comida está sendo tóxica para esse pessoal que está vivendo mais e que se alimenta mais?

A história da agricultura é a seguinte: quando a agricultura era de escala, havia pouca população, porque não havia comida. Quem estuda a história sabe que a população mundial aumentou quando a agricultura começou a produzir mais. E, assim, houve a evolução que nós vemos hoje.

Sr. Presidente, há uns dias, esteve aqui o Sr. Angelo, toxicologista e professor da UNICAMP, que, há 30 anos, faz levantamentos com agricultores, faz experiências. Ele fez uma palestra na Casa, que ficou registrada nas Comissões de



Agricultura e de Meio Ambiente mostrando que em 30 anos não encontrou caso de intoxicação por defensivos agrícolas, que fora a causa primeira. Houve, sim, casos de gente que se suicidou tomando Paraquat, que a ANVISA quer retirar do mercado, não quer que seja usado. Nós temos que ter cuidado com essa questão e não ficar dizendo que o mundo adoece pelo uso de defensivos.

A ANVISA e o Procurador Anselmo Lopes entraram com uma ação pública para suspender o registro de oito defensivos agrícolas, entre eles o glifosato e o Paraquat. Para quem não os conhece, são alguns dos produtos que a Presidenta e a Ministra do Meio Ambiente levaram para a COP 21 — 21ª Conferência do Clima dizendo que uma das maiores ações de defesa do meio ambiente é o plantio direto. Para quem não sabe, faz-se plantio direto quando se planta sem remover o solo, fazendo a capina química através desses produtos. Se eles forem retirados do mercado, simplesmente deixarão de ser plantados 90% de soja e milho no Brasil. Vai retornar a erosão, vamos mandar as nossas terras para a Argentina, como era há 20 anos, 30 anos. É a maior ação ambiental — está aqui o Sachetti que faz isso em suas lavouras — que há no planeta.

Se tirássemos, por exemplo, o glifosato — tenho aqui dados técnicos; não é achismo, pois o achismo está matando o Brasil — e fizéssemos o fino plantio direto na palha, prática conservacionista que revolucionou o cultivo nos trópicos evitando a erosão, o assoreamento dos rios, o uso intensivo de máquinas, um retrocesso do ponto de vista da sustentabilidade. A consequência seria o fim da segunda safra de milho, pois nós plantamos a segunda safra de milho em cima dessa técnica, temos menos 48 milhões de toneladas de milho, atualmente são 82 milhões; queda de 30% na produção, menos 100 milhões de toneladas de alimentos; queda de 50% do que se produz no Brasil, nós teríamos que importar 40 milhões de toneladas para alimentar o brasileiro; subida absurda dos preços dos alimentos; impacto direto na população de 3 mil Municípios, cuja economia vive da agricultura, que gera emprego e renda.

A EMBRAPA coloca no seu pacote tecnológico a recomendação desses produtos! Quem não reconhece a EMBRAPA, em Brasília, como funciona e sua credibilidade na produção de alimentos no Brasil? A EMBRAPA iria recomendar algo que fizesse mal, que prejudicasse a população? A ANVISA deixaria haver algum



produto no mercado que tivesse feito uso defensivos agrícolas para alimentação? Não, Sr. Presidente! Então, nós temos que ter cuidado ao dizer que tudo faz mal ou engorda, como diz Roberto Carlos. Nós temos esse sistema. Se não houver esse sistema, vai faltar comida e não vamos produzir. E, como disse o Sachetti, se houver alguém que nos possa trazer outra tecnologia em que não se precise usar defensivos agrícolas, o Brasil vai usá-la e vamos bater palmas. Mas não existe esse produto! E precisamos produzir.

Essa é a verdade que temos que trazer aqui, e não simplesmente nos assustar com a onda de que agora o Brasil envenena o mundo, envenena os agricultores, envenena o brasileiro, de que a comida está estragada. Nós exportamos para o mundo inteiro, que recebe nossos alimentos e não os devolve por ter agrotóxicos, pois eles estão dentro daqueles limites que a ciência determina. E aqui é a mesma coisa! Estamos aqui sendo os bandidos de tudo.

O agricultor realiza a função mais nobre, que é a de produzir comida para chegar à nossa mesa. Se o agricultor não planta, nós não almoçamos nem jantamos. No momento em que forem almoçar, quem sabe levem um aparelho para analisar a alface, o repolho, a carne, o feijão e o arroz e verificar se têm agrotóxico. E não comam, por favor, porque vocês estarão sendo envenenados! Vamos cuidar disso, porque não queremos que ninguém seja envenenado, que ninguém morra, que ninguém tenha problema de saúde. Nós queremos alimentar o povo brasileiro. Então, vamos acabar com essa história de que o agricultor é o bandido. Não é! É o herói que leva a comida à mesa de cada um.

Eu queria deixar registrado isso e entregar este documento, Sr. Presidente, com números e dados para que conste dos Anais desta reunião promovida por V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Interessante. Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Quero apenas esclarecer a V.Exa. que eu fui autor do requerimento, mas minha intenção ao propor esta audiência pública — está aqui o objetivo — é exatamente lembrar os impactos dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente e lembrar a tragédia ocorrida na Índia, em razão do vazamento que houve numa



fábrica da Dow Química. Esse foi o objetivo. No decorrer do debate, houve intervenções de vários colegas, especialmente do Sachetti, do Balestra e do Deputado, que também tem se esforçado em fazer esse diálogo, pois é preciso haver o contraditório. Como resultado desta audiência, veio essa compreensão de que é necessário juntarmos a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura e fazermos novas rodadas. Este assunto certamente não se esgotará hoje!

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Sr. Presidente, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Pois não, Deputado Sachetti.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Ninguém além de nós, que vivemos da agricultura, tem que ter compromisso com o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Sim.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Se nós não cuidarmos dele e começarmos a agredi-lo, vamos fazer o que amanhã? Então, tem que haver esse diálogo aberto. Se nós fecharmos essa interação, nós nos vamos "automatar". Os que defendem um radicalismo maior ficarão sem o alimento, e nós, sem a atividade! Então, temos que juntar as partes, para chegarmos a um meio termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Por isso, eu convido V.Exas. para se integrarem a esse esforço conjunto e promovermos a sequência deste debate.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Já fiz um pedido, juntamente com o Deputado Heitor Schuch, para realização de reunião para discutirmos a produção de alimentos que não utilizam agrotóxico e de como podemos expandir essa produção. Temos que trazer pessoas que podem dizer: *"Dessa forma, você pode produzir sem usar agrotóxico e ter resultado"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Sim. Sem dúvida.

As intervenções dos senhores foram bem instigantes. Coloco a palavra à disposição dos integrantes da Mesa para quem se habilitar a fazer observações.

Com a palavra o Dr. Pedro Serafim.



O SR. PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Deputado, quero reiterar o meu contentamento e o do Fórum Nacional de Combate aos Impactos do Agrotóxico, do Ministério Público do Trabalho. Na verdade, o trabalhador é aquele que está, desde o princípio, em todo o percurso da fabricação: transporte, armazenamento, aplicação e embalagem.

Eu quero fazer alguns destaques aqui, fechando a minha participação, a partir da Constituição brasileira, que estabelece e assegura alguns direitos fundamentais. Dentre eles, fundamental ao tema, é o direito à informação. A informação, no arcabouço jurídico brasileiro, é um direito constitucional que se desdobra entre o Código do Consumidor e outras áreas. A questão dos agrotóxicos, que se assemelha à questão do tabaco, do cigarro, no Brasil e no mundo, não corresponde à efetividade de um direito à informação.

Faço semelhanças aqui, como já fiz em outros lugares fora do Brasil, com alguns pontos do discurso de setores em relação à questão do tabaco e à dos agrotóxicos hoje. Não se diz tudo, como a indústria do tabaco, do cigarro, não disse tudo, aliás, escondeu. Mas hoje nós já sabemos muitas coisas. Escondeu-se muita coisa debaixo do tapete. e em outros lugares, mas ninguém pode negar que o cigarro, o tabaco, o fumo mata. Nós evoluímos e passamos a ser modelo internacional em termos de propaganda autêntica da verdade: “*O cigarro mata*”. Nós sabemos disso, a sociedade já sabe.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Com todo respeito, Deputado, a questão da saúde foi tratada aqui com muita proficiência pelo INCA — Instituto Nacional de Câncer, V.Exa. não pôde estar presente. Foi dito aqui que V.Exa. teria um momento. Eu creio que todos, nesse desdobramento, precisam ouvir a ciência através de institutos como o INCA — que, em relação ao tabagismo, foi pioneiro, foi exemplar não só no Brasil, mas no mundo. E agora sabe-se da importância da repercussão, do quanto reverbera em males para sociedade a questão do agrotóxico.

Aquilo que foi dito em relação à ciência é para que todos aqui ouçam, principalmente os fazedores da lei, os representantes legítimos do povo, como os senhores, para que possam ver de forma diversificada toda essa questão dos



direitos fundamentais, dos conflitos entre eles, e ponderar a questão do lucro e da saúde. A Constituição e o Supremo dizem que há que se ponderar.

Faço essa referência e registro exatamente desse paralelo, pois a sociedade precisa saber que há pontos de contato entre um discurso e outro, inclusive no procedimento. No conteúdo se diz que não mata — e mata!

Ainda em relação à questão constitucional, há dois princípios importantes: precaução e prevenção. Quando a OMS diz que é potencialmente cancerígeno, esse “potencialmente” é abarcado pelo princípio da proteção e está na nossa Constituição. Então, não devemos mais usar esse produto. A OMS está dizendo exatamente isto, eu coloquei aqui em informações recentes. Eu vou continuar crendo na OMS em relação à saúde pública, e o Brasil precisa crer nisso. Não cito A ou B, em termos de saúde no Ministério Público. Por quê? Essas questões precisam ser bem colocadas, e creio que foram. Parabéns, Deputado!

Vai-se prosseguir nesse desdobramento que foi sugerido. Eu vou abordar apenas três pontos rapidamente. O mundo está respondendo. Eu discordo do Deputado que diz que o mercado internacional não está devolvendo produtos. Foi dito pelo Padre João. E a laranja? E a uva? Eu sei de casos de uva e de laranja que voltaram.

Às vezes esses produtos não voltam e se procura encaminhá-los para outro país. Foi o que recentemente aconteceu com um produto que saiu do Vale do São Francisco para o mercado europeu. Depois foi para a Turquia como saída para não ser maior o prejuízo. Hoje não querem nem que sejam incinerados lá, porque a fumaça é tóxica. Por que nós vamos esconder isso? Os produtos estão voltando? Estão.

Eu prefiro ficar com o valor econômico, apesar de ser preocupante. Se nós não fazemos o dever de casa, vão fazê-lo de lá para cá.

O Parlamento alemão vem aqui preocupado — também entraram em contato com o Fórum —, porque é consumidor de produto brasileiro. Nós queremos que esse consumo continue. Mas eles estão preocupados e querem saber como o Brasil está produzindo. Esse é o procedimento naquele país, que avança muitíssimo na questão agroecológica e orgânica, em termos de proteção da vida e da produção de



alimentos. Infelizmente, virá — na verdade, está vindo — a resposta de fora, o controle externo. Seria melhor que nós o fizéssemos.

Eu vou terminar nesse ponto, já que toca diretamente ao Ministério Público e ao Fórum, que tem debatido a questão de banir os banidos. E banir aqueles sobre os quais a ciência e a literatura, como nós ouvimos em relação ao glifosato este ano, quando a OMS disse que o glifosato é potencialmente cancerígeno para o ser humano.

O Ministério Público Federal, por meio do colega Anselmo, entrou com ação na forma da Constituição. Se a Justiça entender que realmente a Constituição deve ser cumprida, esses produtos devem ser banidos e deve-se procurar outras formas.

Estamos no total inverso, Deputados, porque os países querem evoluir em proteção social. Isso foi dito e é patente. Eu creio que não existe outra forma, acrescento, de refutar pesquisa de universidades e do setor científico senão com outra pesquisa. Eu quero desafiar, como Coordenador do Fórum, o setor econômico das regiões onde foram realizadas as pesquisas. Por exemplo. Leite materno e agrotóxico. Quero lançar o desafio para que se façam pesquisas científicas nas mesmas regiões. Na água, inclusive. Isso vai ajudar. Se há, muda-se de postura. Não pode ser às cegas e entrarmos numa situação *contra legem*. Eu creio que é com ciência que se debate ciência e não com discurso apenas. Eu entendo assim.

Nós não temos, mas o Canadá e os Estados Unidos têm a relação entre custo e benefício. Nós não temos nem para a Previdência Social. Custa muito caro. É um passivo ambiental — é mister desta Comissão a questão do meio ambiente —, e nós não sabemos por que o IBAMA não funciona há muito tempo. Há dez anos ou um pouco mais, quando os fóruns surgiram, o IBAMA ainda comparecia aos fóruns nos Estados. Hoje o IBAMA não tem pessoal, quando tem pessoal não tem carro, não tem combustível para esses fins. Eu estou dizendo uma realidade, e os senhores sabem. Há sacerdotes nesses órgãos, nesses Ministérios? Sim, assim como há no setor econômico pessoas conscientes que sabem que é preciso mudar. Mas não deixam internamente.

Essas questões precisam ser ditas.

Apenas destaco, para concluir, a questão da EMBRAPA. E faço isso porque o Subprocurador-Geral da República, da 4ª Câmara da Procuradoria-Geral da



República à época, Dr. Mario Gisi e eu assinamos recomendação à EMBRAPA exatamente por notícias que chegaram ao Ministério Público e ao Fórum de que ela não estava funcionando apenas para o setor econômico. Ou seja, perdeu muito pouco para o desenvolvimento de uma tecnologia que viria a nos livrar dessa mazela.

Agrotóxico mata, a campanha está dizendo isto. Eu reforço que mais emblemático e representativo da sociedade brasileira é a campanha permanente. E esta Casa, como a Casa da democracia, deve abraçar, como abraça ao trazer um representante aqui, já que em todos esses Estados ela está atuando democraticamente e despertando a população. Esta Casa não deve perder oportunidade de ouvir através da campanha e de outros.

Devemos banir, sim. Devemos colocar a vida acima de tudo. Eu creio que é esta a pretensão e o desejo. Este tem sido o ofício desta Comissão e de outros representantes que estão aqui, juntar esforços para podermos melhorar a situação do nosso País.

Registro a presença do Luiz Cláudio, Secretário-Executivo do Fórum.
(Palmas.)

Muito obrigado pela participação. Agradeço em nome do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Sr. Fernando Ferreira, V.Sa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Eu queria muito rapidamente responder às questões do nobre Deputado Adilton Sachetti. Eu fiquei muito feliz, Deputado, por saber que V.Exa., como homem do campo, não está falando de teoria, pois vive essas questões na prática. E fiquei mais feliz ainda em saber que V.Exa. não gosta de usar agrotóxico. Isso é muito bom, porque já abre um caminho para o diálogo. O fato de V.Exa. não estar feliz por usar esse produto abre um caminho para buscarmos alternativas. Acho que falta informação. Este é o caminho do diálogo. Aqui, então, está-se abrindo uma janela histórica para construirmos um novo cenário.

O primeiro cenário eu gostaria de esclarecer muito rapidamente. Quando a OMS diz: *“De cada 1 caso, outros 50 nós não ficamos sabendo”* é porque isso foi fruto de 20 anos, 30 anos de pesquisa.



Infelizmente, eu sou o último bolsista de um programa da Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS, que tinha, no México, o chamado ECO — Centro Panamericano de Ecologia Humana e Saúde. Esse centro fechou. Eles tinham um programa chamado Praga e Saúde e apoiaram todas aquelas *plantations* na América Central. O programa era voltado para a vigilância das populações expostas a agrotóxicos em El Salvador, Costa Rica, nos anos 1980. Acabou isso. Os países pararam de financiar a OPAS e fecharam esse programa. Eu tinha uma bolsa de mestrado, estudei no México em 1995, mas isso acabou. Infelizmente, a Organização Mundial da Saúde andou para trás nesse programa que era desenvolvido em toda a América Central.

Esse programa gerou, em anos de pesquisa, esse cálculo. Vejam o exemplo do Ceará. Há muita subnotificação. Os médicos — também sou professor da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB — não são preparados para anteder a casos de intoxicação. Quando chega um trabalhador com intoxicação, ele dá outro diagnóstico. A disciplina de Toxicologia não é prioridade para o médico. O médico muitas vezes quer ser especialista, quer ganhar mais dinheiro em outras áreas. Não interessa a Toxicologia, que não é uma área nobre da Medicina.

Primeiro, eles não são preparados para identificar uma intoxicação. Segundo, um médico do interior, principalmente nessas áreas do agronegócio, às vezes trabalha para empresa e quando começa a dar muita notificação, fica chato, às vezes ele é até ameaçado de demissão. E ocasionalmente ele tem três, quatro empregos. No Ceará, vários médicos são ameaçados de demissão, inclusive de outras coisas — não posso entrar em detalhes, porque pode gerar outros constrangimentos —, como atentado contra a vida. Há certo silenciamento sobre as notificações no Ceará em razão disso, e nós já identificamos que isso não aparece nas pesquisas, porque os médicos têm medo de ser ameaçados de morte.

É um negócio complicadíssimo. É como se fosse a ponta de um *iceberg*. Há uma série de explicações que eu poderia dar, mas em 15 minutos como vou explicar isso tudo?

Na epidemiologia, isso vem desde a época da empresa de seguro, nós trabalhamos com risco e probabilidade. Não há certeza total, então nós usamos esse termo. Quando alguém vai fazer um seguro, perguntam: “*Tem gente menor de*



18 anos na família?” Epa! Aí o valor do seguro vai lá para cima. São probabilidades, evidências que se juntam. “Você não tem garagem em casa?” Opa! O seguro vai lá para cima. São probabilidades. Não há certeza, mas se colocam diversos fatores que aumentam a probabilidade de que algo dê errado em sua vida. Na ciência também se lida com probabilidade.

Agrotóxico e produtividade. Eu tenho dados aqui, entretanto não há tempo disponível para mostrá-los em detalhes. Eu dei a informação em pacotes, se houver oportunidade de um debate mais detalhado, poderemos falar sobre soja, milho, algodão, pois temos tudo desglosado.

O dado 1,24 foi apresentado em uma tese de doutorado defendida na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz por um pesquisador do IBGE e publicada também em artigos, revistas nacionais e internacionais indexadas. Não é pernada, não é bravata, é ciência. Se houver oportunidade, podemos até trazer o pesquisador aqui.

Pignati e seus textos. Há publicações. São organoclorados. O que acontece com os organoclorados? É por isso que ele aparece no leite. Ele tem uma meia-vida e pode ficar 50 anos, 100 anos no meio ambiente. Então o senhor tem razão, pode haver associações com exposições passadas, pode até ser DDT, de coisas da SUCAM, mas há também componentes clorados, segundo o Pignati me explicou, de alguns inseticidas usados atualmente para a secagem de soja, etc. Não é uma coisa tão simples que eu possa explicar em 2 minutos.

Países que aboliram o agrotóxico. Tenho notícia de um e gostaria de visitá-lo. É longe. Se vocês quiserem constituir uma missão técnica para ir até lá, eu gostaria de acompanhá-los. Há um país chamado Butão, que fica no Himalaia. Parece anedota, mas existe esse país. Inclusive, eles criaram o índice de Felicidade Interna Bruta — FIB, um desafio ao PIB. Isso existe. Foi criado por um príncipe do Butão. Eles são de matiz budista e, em vez de valorizar o país pela produção material, eles colocam outros valores que dão ao país a qualidade de ser um lugar bom para se viver. Há indicadores que medem a felicidade. Isso é real, não é brincadeira, olhem na Internet.

Uma das decisões recentes do Butão foi abolir os agrotóxicos. E o povo não está morrendo de fome, está muito feliz e vive muito bem. O Butão é um dos países



mais felizes do mundo e está lá no meio do Himalaia. E lá foi criado o FIB — podem olhar na Internet — o índice de Felicidade Interna Bruta.

Eu acho que o Brasil tem coisas muito interessantes em matéria de FIB. Eu acho que o índice de suicídio nosso é menor do que o de alguns países, como Japão, países da Europa, etc. Os europeus têm que aprender coisas conosco, apesar de outras coisas que acontecem na nossa história.

Por fim, eu queria propor três desafios à bancada ruralista, em função desse debate que está sendo muito produtivo, no bom sentido. Qual seria o primeiro desafio para nós fazermos um debate produtivo? O primeiro desafio é o seguinte, e o faremos, na medida do que o Deputado Augusto, nessa grande iniciativa, está propondo.

Eu acho que vocês estão sendo muito receptivos, eu acho que está sendo um debate de alto nível, muito respeitoso. Vocês trouxeram pesquisadores, como Angelo Trapé. Conheço o Angelo desde 1992, da UNICAMP. Há quase 27 anos eu conheço o Prof. Angelo Trapé. Apesar de ele, ultimamente, não estar sendo tão independente nas suas pesquisas, não há problema, vamos fazer o debate com Angelo Trapé.

Eu sugeriria trazer o Prof. David Pimentel, uma sumidade mundial, que tem estudos que colocam na ponta do lápis o impacto dos agrotóxicos em termos de câncer. Isso nós não temos no Brasil. Nós conseguimos fazer estudos em termos de intoxicação aguda, mas de crônica só esse homem conseguiu. Então, seria muito bom se o trouxéssemos para o Brasil, seria fantástico se a Câmara desse essa contribuição para o nosso País. Esse estudo tem também impacto na agricultura.

Basta abrir qualquer revista do *Globo Rural* para ver que o futuro da agricultura no Brasil passa pela sustentabilidade, passa pela questão dos agrotóxicos.

Eu me lembro de que o Ministério da Agricultura lançou, na Copa do Mundo, a Copa Orgânica. Gente, mas por que a Copa Orgânica? Só na Copa, se o orgânico é tão bom? A própria Ministra Kátia Abreu falou no *O veneno está na mesa*. Vamos fazer o orgânico para todo mundo.

O segundo desafio é para a EMBRAPA. O que eu proponho? Foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O Brasil lançou recentemente



esse plano, que mostra por A mais B que é possível alimentar o brasileiro com agricultura orgânica e agroecológica. Segundo dados do IBGE, 75% do alimento que vai para a mesa do brasileiro é da agricultura familiar. De acordo com a nossa balança comercial de maio, realmente 50% eram produtos primários *in natura*, mas não foram exatamente para a mesa do brasileiro. Foi basicamente soja em grão, que deve ser para alimentar talvez animais nos Estados Unidos e na China. Não sei exatamente, eu tenho que estudar isso com mais detalhes. Mas do que eu tenho certeza é do dado do Censo Agropecuário de 2006, que comprova que 75% é agricultura familiar e ela é que está alimentando. Então, nós não vamos morrer de fome tão cedo.

A nossa agricultura familiar é pujante apesar de tudo. Se quase 90% do que a EMBRAPA faz são para o grande agronegócio, imaginem se 50% do que ela faz fossem para a agricultura familiar, agroecológica. Nós seríamos a maior potência agroecológica do mundo de produção de alimentos saudáveis. Isso seria uma coisa maravilhosa. Eu acho que eu incluiria esse segundo ponto nesse debate com a Comissão de Agricultura. Eu acho que seria fantástico.

Para terminar, há dado que eu colocaria como um segundo desafio.

Nós temos um grupo, há um pesquisador ali da EMBRAPA Hortaliças, o Vicente, com quem estamos desenvolvendo alguns estudos. Trabalho com o Vicente, eu pela UNB, ele pela EMBRAPA, há mais de 15 anos. Nós já temos alguns dados, podemos detalhá-los nesta audiência. Em termos de soja transgênica, podemos mostrar, comparando consumo de agrotóxico, área plantada e produtividade, que a conta não fecha, só fecha para Monsanto. O agricultor sai no prejuízo, e os dados são robustos.

Eu faço este desafio: nós, com os nossos dados, e vocês, com quem vocês quiserem chamar. Esse é o segundo desafio. Está gravando! Pode registrar isso aí nas notas taquigráficas.

Não podemos deixar sem controle esse mosquito, que está com essa artilharia pesada, carregando dengue, *chikungunya* e zika, que gera microcefalia, o que pode ser uma das maiores tragédias da saúde pública, fruto de muitos erros da saúde pública. Eu, como sanitarista, afirmo que houve muitos erros históricos na condução da saúde pública no Brasil. Muitas vezes, matou-se mosquito com bala de



canhão. Nós sabemos que, para controlar a dengue, tem que haver ações também de saneamento ambiental, ação de educação, não se pode ficar só usando veneno. Quanto à saúde pública, casa de ferreiro, espeto de pau.

O Ministério estava falando do malathion. Acabaram de dizer que o malathion também causa câncer, é um provável carcinogênico humano. Faça autocrítica! O próprio Ministério da Saúde coloca carcinogênico humano, despeja-os nas cidades brasileiras, nas metrópoles. Olha só o que nós podemos fazer! Essas questões que têm que nos fazer parar. O Presidente da ABRASCO, uma associação de que fazemos parte, está fazendo essa crítica.

Não dá para ficarmos também querendo nos envenenar mais. É preciso fazer um grande debate no País, com um trabalho integrado. Cuba controlou a dengue, quando a dengue deixou de ser um problema da saúde e virou problema da habitação, dos transportes, das políticas públicas de modo geral, virou um problema do país. O Brasil vai ter que fazer a mesma coisa, se não, não controlamos; só veneno não vai resolver o problema da dengue do Brasil.

É por aí também a saída para dengue, é mais ou menos a mesma saída para a agricultura: soluções integradas, interdisciplinares, multiprofissionais, muita participação social, muito debate. Eu acho que, num ambiente como este, respeitoso e de diálogos, iremos achar soluções para isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) – Obrigado, Fernando.

O Dr. João quer comentar também a questão.

O SR. JOÃO SUENDER - Eu queria comentar algumas colocações que foram feitas, e o Fernando também já fez uns comentários em relação a isso.

Esse número de 50 para 1 não é fictício, inventado, esse número está nos Anais da OMS. A OMS tem esse dado, e o Fernando ressaltou isso muito bem. Isso é trabalho de décadas que foi feito, e se chega a esse número. O Fernando ressaltou aqui algumas problemáticas que levam a esse número. Realmente, é a ponta da ponta do *iceberg*.

A dificuldade do agente de saúde hoje é lidar com a questão dos agrotóxicos, principalmente com a intoxicação crônica. É muito difícil fazer a correlação entre a intoxicação que ele sofreu, há algumas décadas ou há alguns dias, com aquilo que



ele venha a desenvolver depois, que é um câncer, uma disfunção metabólica, uma disfunção endócrina. O profissional de saúde tem muita dificuldade em fazer isso. Fora a dificuldade que ele já tem em fazer essa correlação e identificar isso, ele tem outra dificuldade, que é fazer a própria notificação por falta da estrutura, o que, às vezes, ele não tem. Ele, muitas das vezes, não tem um computador para fazer a notificação, nem uma pessoa para fazer a notificação, por isso a notificação tem que ser feita também num formulário específico, não é só no sistema. Então, existem várias questões que levam a esse número, que não é inventado, é um número científico da OMS.

Quanto à relação do agrotóxico com a produtividade, foi questionado aqui o aumento do consumo do agrotóxico e o não aumento da produtividade. Os gráficos mostram também que não foram coisas inventadas. Há fontes do IBGE e do SINDAG que são públicas. Isso daqui não é uma coisa criada.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Posso complementar a discussão?

Se esses gráficos não tiverem o critério de montagem, eu monto um gráfico, analiso os dados e fecho o que dá. Mas eu falo de vida pessoal que tem a ver. Eu participo de uma fundação de apoio à pesquisa e eu dou os dados que nós temos. Não é essa verdade, não é isso verdadeiro, digo com certeza do que eu estou falando, porque eu vivo disso.

Quando eu cheguei ao Mato Grosso, a média de produtividade era 28 sacos em 1 hectare. Este ano, o nosso projeto é colher 70 sacos no hectare. Por que isso? Por que essa melhoria de produtividade? De onde ela veio? Eu mostro para vocês, estão aqui as fotos. Pena que eu não consigo colocá-las na tela agora.

No plantio direto feito este ano, eu usei sim a Roundup Ready para fazer a dessecação. Agora, olhem a lavoura que está usando transgênico. Não há aplicação de nenhum inseticida, de nenhum inseticida. Estão polinizando a lavoura nesse momento com abelhas.

Existem dados que têm que ser questionados, sim, mas existem dados que não podem virar uma verdade, se eles não são verdade. Eu não posso concordar que a utilização de agrotóxicos não tenha trazido produtividade, porque não é verdadeiro.



O SR. JOÃO SUENDER - Eu estou me referindo à questão do gráfico que mostra o aumento de ingrediente ativo e a mesma quantidade de área plantada, que foi aquele primeiro gráfico mostrado.

Esses são dados públicos, são dados do IBGE sobre área plantada no Brasil e são dados do próprio SINDAG, que mostram o aumento do consumo do agrotóxico.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - O aumento foi em função da tecnologia do transgênico.

O SR. JOÃO SUENDER - É exatamente isso que mostra a questão do transgênico. O discurso feito lá no início era de que o transgênico diminuiria o consumo de agrotóxico, mas ocorre o inverso.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Só para esclarecer, senão fica uma coisa que não fecha o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Vou pedir para o Dr. João concluir.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - O herbicida aumentou, e o inseticida — eu entendo que com o inseticida a agressão é muito maior — reduziu drasticamente. Nesse sentido, utiliza-se herbicida, que teoricamente era para ser menos agressivo, e não se usa mais inseticida. Usa-se herbicida e não se usa inseticida. Nessa linha de raciocínio.

Se pegar volume absoluto, eu não posso negar que houve um aumento. Agora, se eu separar por produto, reduzirei produtos que extremamente tóxicos, faixa vermelha, para ir a um de faixa verde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Peço uma compreensão. Seria muito bom mais tempo para aprofundar esse questionamento. Infelizmente, há aqui uma lista de pessoas.

Peço ao Dr. João que conclua. A Dra. Márcia também está querendo se manifestar.

O SR. JOÃO SUENDER - Só para concluir então, os gráficos e os números de intoxicações aqui no Distrito Federal que eu mostrei, feitos pelo sistema de notificação do Distrito Federal, são de intoxicações agudas. A pessoa usa o



agrotóxico e se intoxica, tem vômito, tem náusea, diarreia, vai ao centro de saúde, e aquilo é captado como intoxicação.

A intoxicação crônica, que foi mostrada muito bem pela Dra. Márcia, que é realmente a base do *iceberg*, não é notificada. Às vezes, muitos poucos são notificados exatamente pela dificuldade da correlação.

Muito legal este debate. Gostei muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado.

A Dra. Marcia tem a palavra.

A SRA. MARCIA SARPA - Boa parte das perguntas que foram feitas, algumas até direcionadas a mim, já foram respondidas pelo Prof. Fernando e pelo Dr. Serafim, mas isso foi bom porque agora eu vou ter a oportunidade de explicar um eslaide que não tive tempo de devido no decorrer da apresentação, quando o Deputado questionou a IARC — Agência Internacional de Pesquisa em Câncer da OMS, que é uma agência muito reconhecida. Ela é a principal agência internacional que faz pesquisa em câncer.

O sistema de classificação da IARC classifica os agentes químicos dentro do grupo 1, como carcinogênico para seres humanos. A IARC — não só ela — tem estudos publicados internacionalmente com evidências suficientes tanto para seres humanos quanto para animais experimentais. O tabaco está nessa classificação da IARC, mas anteriormente ele esteve em outras classificações.

Aí entramos na classificação 2A, que foi a classificação que eu apresentei agora com relação ao glifosato, ao malathion e a diazinon, que é provavelmente carcinogênico para seres humanos.

Por que a IARC classifica como provável carcinogênico para seres humanos? Ela indica que as evidências são limitadas no caso dos seres humanos, porém suficientes no caso dos animais.

Por que as evidências são suficientes no caso dos animais? Porque com eles foram feitos testes toxicológicos de acordo com as diretrizes internacionais toxicológicas, seguindo todos os critérios exigidos internacionalmente, e esses animais apresentaram câncer.

Além disso, estudos epidemiológicos realizados em seres humanos indicaram que os indivíduos expostos àqueles agrotóxicos que foram classificados, seja no



ambiente ocupacional, seja no meio ambiente em que vivem, desenvolveram, sim, diversos tipos de câncer.

Por que a IARC define isso como provável, como algo de que há limitada evidência? Ela tem esse cuidado porque, como o Prof. Fernando falou, no âmbito da ciência, há que se considerar a questão das probabilidades.

Então, o que ela está esperando quando classifica isso como provável é que mais estudos corroborem com esses resultados, mostrando mais uma vez que a IARC realiza todo esse processo de forma clara e transparente e não trabalha com ideologias. A Agência está comprovando aqueles resultados que ela apresentou.

Outra questão ainda não respondida foi aquela levantada aqui pelo Deputado Valdir Colatto, com relação à longevidade dos brasileiros. Como está havendo um aumento da longevidade dos brasileiros, está havendo também um aumento no número de casos de câncer.

No âmbito da saúde pública, da epidemiologia, nós sabemos que esse aumento da longevidade está relacionado à diminuição do combate às doenças infectoparasitárias. As melhores condições de saneamento fizeram diminuir a quantidade de casos de doenças infectoparasitárias, que matavam muitas pessoas jovens.

No entanto, essa longevidade dos brasileiros está fazendo com que eles estejam expostos durante mais tempo a esses agentes químicos que podem levar ao câncer. É por isso que estamos vendo esse aumento na incidência dessa doença.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Ontem o IBGE divulgou que houve mais um aumento na longevidade. A expectativa de vida dos homens subiu para 75 anos de idade, e a das mulheres, para 78 anos de idade.

A SRA. MARCIA SARPA - Ótimo.

Eu preciso concluir minha exposição dentro do tempo que o Presidente me concedeu. Então, eu gostaria de não ser interrompida neste momento, por favor. Eu já estou terminado.

Outra questão colocada pelo Deputado Valdir Colatto é se a ANVISA permite a venda de produtos tóxicos no mercado, como é o caso do cigarro, por exemplo. Porém, no que se refere aos agrotóxicos, há um grande problema com relação ao



registro deles aqui no Brasil. O que acontece? Se um agrotóxico recebeu um registro há 20 ou 30 anos, este vai permanecer válido aqui no Brasil indefinidamente, enquanto não houver um processo de reavaliação toxicológica, diferentemente do que acontece com os medicamentos, por exemplo.

Quando um medicamento recebe o registro no mercado, a indústria que o produz tem que comprovar a cada 5 anos que ele é eficaz e seguro para os seres humanos, para os indivíduos que o estão ingerindo.

No entanto, no caso do agrotóxico, isso não acontece. Se o agrotóxico recebeu um registro há 20 ou 30 anos, este permanece valendo e continua sendo usado. Então, infelizmente, a ANVISA deixa, sim, que esses produtos tóxicos estejam disponíveis no mercado.

Para finalizar, eu quero dizer que concordo com o que o Deputado Valdir Colatto falou no sentido de que o agricultor na realidade é um herói. O agricultor familiar, o agricultor que produz alimentos orgânicos, que alimenta 70% da população brasileira é, sim, um herói.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - Eu vou ser bem conciso, para que possamos escutar todo mundo, com certeza. Falarei só de três pontos específicos.

O primeiro se refere a essa questão da meritocracia. Além de ser engenheiro florestal e mestre em Ecologia, eu sou agricultor. Eu não gosto de ficar mencionando isso, mas nós sempre seguimos essa mesma linha, não é? É incrível.

Quanto à questão da pulverização aérea, vários estudos comprovam que esta aumenta consideravelmente o uso de agrotóxicos no Brasil. Por quê? Simplesmente porque há o problema da deriva, que é a quantidade de veneno que não atinge a planta. Ela é de 30% no mínimo — no mínimo! — e, em vários casos, chega a 70%.

É por isso que uma das bandeiras da campanha é o fim da pulverização aérea, porque ela realmente aumenta o uso de agrotóxico de maneira descabida, sem necessidade, contaminando o solo e a água. A finalidade disso é beneficiar a indústria de veneno. Essa questão da pulverização aérea é comprovada por estudos.



O segundo ponto diz respeito ao fato de que apenas 1% da área cultivada no Brasil é certificada como orgânica. Se, por um lado, se levassem em consideração o Plano Safra, que tem o agronegócio; as isenções fiscais, que no caso dos agrotóxicos chega a ser de 100% no Ceará; as constantes rolagens de dívidas e os tratores — quem está há mais tempo em Brasília conhece bem isso —; e se, por outro lado, para fechar a conta do agronegócio, se levassem em consideração as mortes ocorridas; os gastos com saúde, principalmente com o câncer e com doenças neurológicas, renais e hepáticas; e a degradação ambiental causada por esse modelo, será que essa conta fecharia? Essa é uma questão que temos que considerar.

Essa conta não fecharia porque ela não considera as externalidades — quem estuda economia sabe muito bem disso. Se nós fizéssemos o cálculo, veríamos que temos um saldo devedor enorme, de mais de 500 anos.

Por fim, vou falar da questão dos estudos. Como eu mencionei, 1% da área agricultável do País é utilizado para a agricultura orgânica. Um estudo que eu já havia citado aqui, desenvolvido na Universidade da Califórnia, considerada uma das dez melhores universidades do mundo, chegou à conclusão, com base numa compilação de 112 estudos, com mais de mil observações, de que a agricultura orgânica tem, em média, 80% da produtividade da agricultura convencional, apesar de todos os problemas. Em muitos casos, esse número chega a 92%. A agricultura orgânica pode apresentar uma produtividade até maior do que a da agricultura convencional química.

Entretanto, um dos problemas grandes é que, para muita gente que defende esse modelo químico, esses estudos não servem. Não adianta os estudos utilizarem a melhor metodologia do mundo, porque eles nunca vão servir. É por isso que é bom desafiá-los a fazerem estudos. Nós retrucamos: “*Comprovem que não faz mal*”.

Um dos diretores da Monsanto falou que o glifosato é igual a um cafezinho. Pois nós desafiamos a Ministra a beber esse cafezinho, já que ele não faz mal. Aí ela vai me comprovar o que foi dito, e eu vou parar de ter preconceito contra os agrotóxicos. Quero que me comprovem que essa substância não faz mal, porque os estudos que temos dizem justamente o contrário.



Vou citar um estudo realizado na França pelo Prof. Séralini. Esse estudo teve a duração de 2 anos — isso é muito raro hoje em dia —, e nele foram utilizados dez ratos, por repetição, de uma linhagem cujo nome eu não vou lembrar agora. Foi estudada a relação entre o desenvolvimento de doenças e o consumo de milho transgênico cultivado com o uso de glifosato.

A Monsanto também desenvolveu um estudo, com o objetivo de comercializar esse produto na Europa. O estudo teve a duração de 90 dias, e nele foram utilizados dez ratos, por repetição, da mesma linhagem.

O estudo da Monsanto nunca foi questionado. Já o estudo da equipe do Prof. Séralini foi questionado e retirado da revista. E o motivo disso — pasmem — é que um diretor da Monsanto foi para o Conselho Editorial da revista. Trata-se de uma revista renomada, indexada, reconhecida internacionalmente. Depois de muita luta, o estudo foi publicado em outra revista, de qualidade superior.

Isso acontece porque o que vale para a indústria do agrotóxico é o lucro, são aqueles 12,2 bilhões, só no Brasil — no mundo, a receita dela foi de trilhões de dólares. Trata-se de uma rede de influência muito grande.

Por isso, está lançado o desafio: bebam a substância, já que ela não faz mal. Se fizerem isso, eu vou parar de protestar e nunca mais vou vir aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Vou passar a palavra agora para os inscitos, pedindo a todos um pouco mais de paciência. Já passamos do horário, mas acho que foi muito importante termos explorado os questionamentos que foram feitos e ouvido as respostas que foram dadas pelos participantes do debate.

Vamos passar a palavra ao Paulo César Mendes Ramos, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

O SR. PAULO CÉSAR MENDES RAMOS - Inicialmente, quero parabenizar o Deputado e também os palestrantes pelas brilhantes exposições. Primeiro, eu gostaria de manifestar e de deixar registrado aqui o repúdio dos membros da Campanha aqui do Distrito Federal pela colocação agressiva que o Deputado Valdir Colatto fez aqui com relação ao nosso colega, colocando o peso desta Casa contra o que ele disse claramente, que é uma realidade. A democracia jovem deste País está mudando essa realidade. As mudanças políticas estão se processando, muito



lentamente, mas estão acontecendo. O financiamento de campanha felizmente está terminando, e isso já muda muita coisa neste País. E nós sabemos que essas grandes empresas financiam, sim, grandes interesses políticos dentro desta Casa. Então, fica aqui o nosso repúdio registrado.

Eu gostaria de levantar a questão da CTNBio, da qual eu fui membro durante 2 anos, de 2012 a 2014, e pedi para sair, porque aquela casa não é séria. Primeiro, foi criada dentro de uma situação em que esta Casa votou uma lei tirando do IBAMA, da ANVISA e do MAPA a prerrogativa de regular a questão dos transgênicos. A partir de 2005, isso passou para a mão da CTNBio, que é uma comissão totalmente voltada para os interesses da biotecnologia. Ali não se discute biossegurança, não se discute absolutamente nada com relação à precaução e, enfim, ao que a Constituição estabelece, quanto aos direitos que o colega ali, o Dr. Serafim, já colocou para nós aqui. Então, a CTNBio é um órgão nocivo para este País, e nós temos discutido, inclusive, dentro da Campanha, a mobilização para a extinção dessa comissão, que não serve aos interesses da sociedade brasileira, mas sim e somente a essas grandes companhias que vendem grãos transgênicos e venenos associados.

Recentemente — isso é bem recente —, o órgão ambiental dos Estados Unidos acabou de revogar a liberação que havia dado, há mais ou menos 1 ano, do evento transgênico conhecido como Enlist Duo, que associa a resistência às plantas de soja, algodão, milho etc., de dois componentes bastante discutidos, que é o glifosato — o Roundup da Monsanto — e o 2,4-D da Dow. E nós tivemos agora, no início do ano, a aprovação de grãos transgênicos resistentes a esses dois herbicidas e a muitos outros mais, o glufosinato de amônio também. Enfim, a CTNBio desconsiderou essa questão da segurança, do que isso pode significar, o aumento do uso do 2,4-D para o nosso País, em função da resistência das várias plantas ao glifosato. Então, tiveram que fazer agora um novo transgênico piramidado, que traz a resistência a outros herbicidas, incluindo o 2,4-D.

Enfim, eu acho que o que eu queria levantar mais é essa questão da CTNBio, que foi pouco colocada aqui. Nós temos aí hoje a Ministra Kátia Abreu defendendo a criação de uma comissão, semelhante à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio, para a questão dos agrotóxicos, tirando também o papel



que tem o IBAMA, a ANVISA e o MAPA. E eu colocaria aqui que deveria incluir, também, nessa análise de risco desses agrotóxicos o MDA, que lida com a agricultura familiar e está fora dessa discussão. Então, ela está preparando uma proposta, junto com a bancada ruralista, para criar uma coisa chamada, talvez, de CNFITO, que facilitaria ainda mais o que já é fácil, diante da situação carente de pessoal e de recursos da ANVISA, do IBAMA, para fazer o seu dever de casa. Então, eu acho que nós temos que estar muito atentos a isso e tentar impedir dentro desta Casa que isso aconteça.

Eu só queria abordar essas questões e agradecer a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Paulo, pela sua contribuição.

Eu vou passar a palavra ao Sr. John Landers, que gostaria de dar um depoimento também importante.

O SR. JOHN LANDERS - Boa tarde. Muito obrigado pela possibilidade de participar deste debate tão interessante. Eu represento a Associação de Plantio Direto no Cerrado e, por extensão, a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, e nós lideramos esse pulo tecnológico brasileiro, em termos de sustentabilidade com o plantio direto.

Mas nós agora estamos vendo outro lado. Nós temos aqui em Goiás e no Distrito Federal quatro fazendas teste com produtos biológicos. É uma forma de começar a reduzir a carga de produtos mais nocivos na produção agrícola. E eu gostaria de propor a esta Casa uma isenção de ICMS para todos os produtos biológicos usados na agricultura, porque isso vai incentivar uma coisa que já está funcionando. Já há vários produtos brasileiros licenciados, e os agricultores estão começando a usar, mas são mais caros. Então, esse é um caminho que o Brasil pode liderar no mundo, reduzindo a taxa de periculosidade.

Nós também iniciamos um projeto de *benchmarking* na agricultura, em que fizemos um índice de periculosidade na fazenda. Basicamente, pegamos o peso, o volume de ingrediente ativo, vezes a quantidade aplicada por hectare, vezes o indicador, que seria um para verde e quatro para vermelho. Aí, nós temos uma série de níveis de indicadores, que, em um sistema, variam de 17 a 38. Então, há



possibilidade de aumentar bastante ou reduzir bastante o nível de periculosidade do uso dos químicos na agricultura.

Nós também somos pioneiros na certificação de soja responsável, que é uma mesa internacional, que tem um sistema de certificação dos mais rigorosos do mundo, e estamos vendendo soja responsável certificada para a Europa, o movimento mundial tem quase 2 milhões de toneladas certificadas este ano.

O terceiro ponto é que eu gostaria de lembrar o que disse o Deputado João Daniel, que mencionou essa máquina que eletrocuta as ervas daninhas no Brasil, que eu vejo como uma ponte entre a agricultura usando herbicidas e a agricultura orgânica. Isso permite o uso de plantio direto na agricultura orgânica. E nós temos publicado em uma revista internacional de renome um artigo sobre isso, promovendo o avanço brasileiro nesse sentido.

No final, eu gostaria de dizer que eu tenho presenciado uma digladição entre extremos na área agrícola. E eu gostaria de dizer que nós não vamos chegar a nenhum lugar digladiando extremos. Nós temos que criar um consenso no meio de pessoas moderadas e vamos levar a solução mais prática e mais pragmática para frente, com uma pororoca de razão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Muito bem, Sr. John. Eu acho que seu encerramento nos estimula a trabalhar. E eu quero dizer que o meu gabinete estará à disposição para colhermos as ideias, as sugestões que o senhor acabou de dizer. O Vítor, meu assessor, está atento à questão dos estímulos aos produtos biológicos.

A Dra. Marcia tem um compromisso agora às 14 horas, e eu vou pedir a ela que faça as suas considerações finais, para ficar liberada. Agradeço a sua presença e fico muito honrado com a sua contribuição.

A SRA. MARCIA SARPA - Eu gostaria apenas de agradecer o convite e parabenizá-los por esta excelente audiência, por esta discussão, que está sendo muito boa. Com certeza, nós obteremos resultados para tentar reduzir e banir o uso desses produtos que fazem tão mal à nossa saúde.

Eu peço licença, mas tenho uma reunião às 14 horas e preciso sair.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Eu quero fazer um pedido. O pessoal está querendo tirar uma fotografia para colocar na Internet.

O Fábio também vai precisar se retirar. Então, passo a palavra ao Fábio para suas considerações finais.

Fique à vontade e muito obrigado pela sua presença também.

O SR. FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA - Realmente, quero só agradecer. Eu acho que foi um rico debate. É importante dizer que não fugimos do debate. Nós temos certeza de que nós sempre trabalhamos com a verdade. Nós lutamos pela vida. Esse está no próprio mote da campanha. Então, em todos os espaços que houver, não temos medo de debater, porque nós sempre andamos em boa companhia, seja do lado da ciência, seja do lado do povo, das pessoas que estão sofrendo com esse modelo que causa morte e destruição da nossa natureza, da nossa biodiversidade.

Então, muito obrigado. Perdoem-me por sair agora, mas é porque eu tenho realmente que trabalhar. Esta é a vida também. E, depois, trabalhar na roça, de maneira orgânica — orgânica, lá não entra nada.

Um abraço, muito obrigado mesmo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Fábio, mais uma vez.

Passo a palavra a Dyakalo Farato Matipu.

O SR. DYAKALO FARATO MATIPU - Boa tarde, cumprimento o Sr. Augusto Carvalho — obrigado pela oportunidade — e todos os pesquisadores que estão aqui levantando as suas preocupações.

Eu represento meu povo xinguano e todos os povos indígenas brasileiros. Estou aqui participando e ouvindo a preocupação de todo mundo, mas não é todo mundo também.

Então, a minha pergunta é: quem pode se preocupar verdadeiramente com nosso meio ambiente, o ser humano ou o animal? Nós, indígenas, somos os mais preocupados e os maiores preservadores do meio ambiente. Os cientistas pesquisadores estão estudando, gastando suas energias para descobrir e para combater o uso de agrotóxico, porque a gente não pode valorizar, enquanto isso outros estão querendo combater esse estudo. O meio ambiente também.



Existe o IBAMA. Por exemplo, ele autorizou a operação de Belo Monte. Qual o papel do IBAMA? Por isso, nós, indígenas do Brasil, não queremos também a PEC 215, que vai nos afetar, causar ainda mais do que o que se está debatendo nesta Casa. O projeto é inadmissível.

Vou repetir mais uma vez: nós verdadeiramente estamos nos preocupando com o nosso meio ambiente. O ser humano é único. Respiramos o mesmo ar. Nós, indígenas, verdadeiramente estamos nos preocupando com este País.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado.

Passo a palavra ao Rogério Augusto Neuwald, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Urbana — CNAPO, da SG/PR, que está também com dificuldades no horário.

O SR. ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD - Obrigado, Deputado.

Parabenizo V.Exa. e os demais Deputados pela iniciativa. Serei breve nas minhas palavras em função do horário. Gostaria de comentar mais, mas vamos ter que reduzir os comentários.

Quero relatar aos presentes que estamos em pleno processo de elaboração do 2º PLANAPO — 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, um processo de amplo debate entre Governo e sociedade civil, incorporado também pela CIAPO — Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica.

Em relação ao PRONARA — Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos, um programa desenvolvido desde o ano passado entre a sociedade civil e o Governo, nós chegamos a quase lançá-lo na Conferência de Segurança Alimentar, como foi bem registrado pelo Deputado Padre João. Não conseguimos consenso ainda no âmbito do Ministério da Agricultura, mas acreditamos que o diálogo é o caminho a ser seguido.

Uma importante consideração que tem que ser feita em relação ao PRONARA é que, em nenhum momento, ele é um instrumento impositivo e restritivo à totalidade do uso do agrotóxico, pelo contrário, em todas as suas formulações, seja no registro, no controle social, enfim, na questão tributária e financeira, ele estabelece uma relação de diálogo com a possibilidade de que possamos avançar



na agricultura com produtos de menos toxidade, produtos orgânicos e biológicos, e que possamos favorecer a agricultura orgânica e agroecológica.

O que nós não podemos deixar neste momento é que se estabeleça uma relação de preconceito em relação ao programa no sentido de que ele vai acabar com a agricultura brasileira, vai restringir a totalidade do uso, pelo contrário, ele é um programa que avança em todos os seus aspectos no sentido de formulação e debate de políticas que possam, cada vez mais, atingir a produção agrícola, e principalmente os moradores das cidades, que são os grandes consumidores de alimentos.

E acredito, Deputado, que o grande mérito desta audiência, entre todos, foi a possibilidade de diálogo. Vieram Parlamentares que defendem, por suas convicções e seus valores, a utilização de agrotóxicos e transgênicos.

Acho que esta audiência abre uma porta para o diálogo, e ela tem que ter a responsabilidade de continuar este diálogo com as demais Comissões. Nós temos aprender que o diálogo passa pela necessidade de sair de si, ou seja, de escutar o outro, de ouvir suas razões. Schopenhauer já dizia que existe a minha verdade, a tua verdade e a verdade. O caminho que temos que construir juntos é o da verdade para a sociedade como um todo e não para um setor específico.

Peço desculpas, eu gostaria de tecer mais comentários, mas, em função do adiantado da hora, vou ser breve na minha fala. Vamos deixar um documento em que eu e o Secretário Onaur Ruano, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, em relação ao PRONARA — Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.

Eu gostaria de, a pedido dos colegas do MDA, registrar que eles estiveram aqui presentes, mas, devido a outros compromissos, não puderam ficar até final.

Estamos abertos na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, para cada vez mais aprofundar este diálogo, de forma respeitosa e científica, que traga benefício para toda a sociedade brasileira, não apenas para um setor. *(Palmas.)*

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Rogério. Contamos contigo na sequência deste debate, que começou lá atrás, e continuará.



Eu queria compartilhar uma informação. Este ano tivemos duas cargas de mel devolvidas pela Europa por estarem contaminadas por agrotóxicos — mundo das abelhas. A Câmara Setorial do Mel e dos Produtos das Abelhas nos dá essa informação. São os fatos que já decorrem desta nossa posição recordista.

Tem a palavra o Sr. Leonel Alcides da Silva, estudante da UnB, do povo indígena atikum.

O SR. LEONEL ALCIDES DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Eu quero agradecer pelas informações e pelo grande aprendizado que eu tive. E quero agradecer à Mesa pelo debate muito grandioso.

Como o Deputado Augusto Carvalho já disse, eu sou estudante da UnB e faço parte do povo indígena atikum, de Pernambuco.

Em relação ao agrotóxico, isso não é agrotóxico para o povo indígena, isso é um veneno que vem matando muitos povos indígenas no Brasil. Antes, nas nossas aldeias, nós tínhamos muita saúde, tínhamos tudo de bom. Mas, depois que chegou esse... Isso nós não chamamos de agrotóxico. Como disse bem Fábio dos Santos Miranda, isso não é agrotóxico. Para nós, isso é um grande veneno, que está acabando com a população brasileira, e não só com os indígenas — principalmente com a população brasileira em geral.

Eu estou aqui para dizer que os povos indígenas do Brasil são completamente contra os agrotóxicos. Estamos aqui para dialogar com todos e chegar a uma solução para resolver esse problema que está matando muitas pessoas, principalmente os indígenas do Brasil. Estou aqui para dizer “não” ao agrotóxico no Brasil.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Leonel, pela sua presença, pelo seu depoimento.

O Próximo a falar é Luciano Matos, da EMBRAPA. (*Pausa.*)

Com a palavra Luiz Moura, Diretor da Ekip Naturama.

O SR. LUIZ MOURA - Eu vou ser rápido, por causa do horário. Deve haver outras pessoas para falar.

Eu gostaria de lembrar que todo problema tem solução, senão não seria problema. Uma solução seria tentar amenizar o uso de agrotóxico no Brasil e acabar



com a destruição da natureza, porque o uso de agrotóxico é justamente para justificar o descontrole ambiental. Quando se destrói a natureza, morre-se junto.

Falta ao País encontrar soluções para resolver diversos problemas seriíssimos em relação à população, principalmente sobre tudo aquilo que causa mal, mas que gera recurso indireto e até meio escondido. É o caso do agrotóxico, do cigarro, da bebida. O que falta ao Brasil são governantes e autoridades sérias, com o compromisso com qualidade de vida decente para a população. *(Palmas.)*

Eu acho que existe solução. Inclusive se pode eliminar 100% o uso do agrotóxico utilizando tudo aquilo que consideramos lixo orgânico e que não é aproveitado praticamente em parte nenhuma. Isso pode ser transformado em composto orgânico, que, além de diminuir a sujeira das cidades, vai gerar qualidade de alimento decente para todo o mundo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Luiz Moura.

Com a palavra Anelise Rizzolo. *(Pausa.)*

Com a palavra Vânia Costa Pimentel. *(Pausa.)*

Com a palavra Fernando Marcelo Pereira. *(Pausa.)*

Com a palavra Bruno Lopes Mello, que representa a Fundação Mais Cerrado.

O SR. BRUNO LOPES MELLO - Nós vemos a falta de informação de alguns Parlamentares, e abriram a proposta de diálogo. Vimos deixar registrado que esperamos mesmo que exista.

A Fundação Mais Cerrado presenteou os Deputados da Comissão de Agricultura com um dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva — ABRASCO, para que tenham mais informações e estejam mais bem preparados nas próximas discussões, até mesmo para vermos se realmente vão abrir seus gabinetes. Esperamos que, com respeito e igualdade, consigamos sentar à mesa juntos e procurar soluções. Fica muito complicado nos reunirmos separadamente — eles numa mesa e nós em outra. Aí, quando nos encontrarmos, ao invés de haver diálogo, vai haver conflito.

Venho registrar que a Fundação Mais Cerrado vai buscar mesmo esse diálogo e apoiar a campanha contra o agrotóxico permanentemente, juntamente com todos os envolvidos, com todos os institutos. Por estarmos em Brasília, vamos estar



presentes nesta Casa, ir aos gabinetes dos Deputados. Vamos aguardar o próximo encontro. Tomara que haja posicionamento com grau de informação maior, porque foi observada muita desinformação da parte deles.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Bruno.

Com a palavra Julio Itacaramby. *(Pausa.)*

Esgotamos a lista de inscritos. Já são 14h30min. Mais alguém quer falar?

Diga seu nome e quem representa.

O SR. ANTÔNIO CARLOS - Meu nome é Antônio Carlos, represento o mundo das abelhas, a Associação Apícola do Distrito Federal — APIDF e a Confederação Brasileira de Apicultura — CBA.

Analisando algumas questões sobre o que foi dito aqui, perante fatos não há contestação. Ontem, numa das reuniões, um dos apicultores chegou com um problema muito grave: perto de onde cria suas abelhas existem plantações, e as colmeias, que eram altamente produtivas, estavam morrendo, as abelhas estavam desordenadas e havia um monte delas mortas no chão. Ele ficou triste, queria saber o porquê e procurou saber o que acontecia. Nós analisamos o que ele disse, e o que está acontecendo é que as abelhas estavam envenenadas por agrotóxico.

O caro Deputado, que agora não está presente, disse — e achei interessante — que as abelhas estavam polinizando sua plantação. Nós apicultores sabemos que, para criar abelha, temos também que criar caruncho, porque, muitas vezes, alimentamos as abelhas com fubá de milho, num dos compostos para alimentação. Se usarmos fubá de milho transgênico, as velhas não morrem, mas as pupas lá dentro, as pequenas morrem todas. Então, não somos doidos de usar, em hipótese nenhuma, o milho Bt, transgênico. E temos que colocar caruncho no fubá, porque, se ele morrer, o milho está envenenado. Nós temos que usar o milho tradicional para fazer a ração. Então, não estamos mais usando fubá de milho na ração.

Outra coisa muito grave é a questão do mel, como foi dito aqui. Neste ano recebemos a medalha de ouro de melhor mel do mundo. Aliás, não foi só uma medalha, foram cinco na área de apicultura, na Apimondia, na Coreia. Nosso mel vem recebendo medalhas e medalhas. Mas neste ano há rumores, algumas coisas estão sendo analisadas, e dois carregamentos de mel foram devolvidos da Europa



porque estavam contaminados ou com agrotóxico. Isto é muito grave. O melhor mel do mundo está nessa situação. É grave.

Nós não estamos aqui para condenar o agrotóxico, não. Nós queremos que haja uma discussão bem ampla, sem ficar digladiando um o outro. Eu creio que toda e qualquer espécie de radicalismo, de uma parte ou de outra, é errado. Nós temos que fazer as coisas com equilíbrio para que nosso mundo, aquilo que consideramos o mundo das abelhas, não seja prejudicado.

Eu distribuí aqui um papel em que um grande homem, de quem não preciso exaltar os méritos, Albert Einstein, disse que, se as abelhas acabarem no planeta, só nos restarão 4 anos de vida. E tudo que vocês comeram hoje aqui direta ou indiretamente teve a contribuição das abelhas. Eu creio que todos tomaram, no café da manhã, alguma coisa que continha mel ou que as abelhas polinizaram. Mas muitas vezes vocês pensam que nós criadores de abelhas somos simplesmente homenzinhos que estão brincando. Não! De fato, não estamos brincando. Temos uma profissão milenar até hoje não reconhecida e lutamos para manter vivas as abelhas e sua cultura. Mas, do jeito que está não podemos nem chegar perto de uma lavoura, porque as abelhas morrem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Como os curiós, os passarinhos com canto tão bonito, já morreram anteriormente por causa dos arrozais contaminados. Essa é a advertência.

Com a palavra Lauro Jurgeaitis.

O SR. LAURO JURGEAITIS - Sou Lauro Jurgeaitis, da Associação dos Apicultores do Distrito Federal e da Confederação Brasileira de Apicultura e da Câmara Setorial no Ministério de Agricultura.

Tem nome sim o que está matando as abelhas, agrotóxico à base de neonicotinóides, que, da Europa está banido desde 2012, e também dos Estados Unidos. Foi muito bem feita a pergunta: por que ainda se utiliza no Brasil um agrotóxico que não mais se utiliza em outros países? É uma questão para realmente debatermos. O IBAMA transparentemente já colocou isso, também viu essa questão que realmente é prejudicial às abelhas, ao meio ambiente e à saúde de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Lauro.



Tenho as últimas intervenções, feitas pelos nossos internautas, que ficam para nossos palestrantes, nas suas despedidas, comentarem.

Erasmus pergunta: *“Segundo informações, via TV, alimentos com prazo de validade próximo do vencimento têm as etiquetas trocadas e são vendidos inclusive ao poder público. Qual é a extensão desse tipo de contaminação que recebe quem consome os alimentos?”*

Antônio Carlos Ferreira pergunta: *“Quanto do imposto pago pelas indústrias de agrotóxicos é destinado para a recuperação dos danos causados ao meio ambiente pelo produto? Qual é o diferencial para os agricultores que utilizam agrotóxicos em relação à aposentadoria, no caso comprovado de doença adquirida pelo uso produto?”*

Passando às considerações finais, tem a palavra João Suender, representante da Secretaria de Saúde.

O SR. JOÃO SUENDER - Eu gostaria de agradecer mais uma vez o convite para participar de audiência extremamente rica para mim e, acredito, para todo mundo que está aqui e participou. Aliás, não somente para quem está aqui, mas também para quem pôde acompanhá-la pelos diversos canais.

Foi muito qualificado, o debate. Os integrantes da Mesa apresentaram questões muito pertinentes e sérias. Nós sermos Davi e existir um Golias é uma comparação que acho que talvez não caiba, devido ao tamanho do nosso desafio em relação ao agrotóxico, dado o pouco que vimos aqui sobre as barreiras que temos para superar e trazer outro modelo de produção agroecológica, orgânica. E não só em termos de produção, porque o agrotóxico, como foi mostrado, na saúde pública também é um problema sério. Parte daquilo que mostrei, que a maioria das intoxicações é na via urbana, talvez um pouco seja relacionado a isso, porque o Malathion, agrotóxico usado em saúde pública para o controle da dengue, como Fernando aqui ressaltou, pode causar até câncer.

Então, é um problema muito grave que enfrentamos. Eu acho que com iniciativas como esta audiência e outras que se somam a outros movimentos e à sociedade civil organizada, vamos ampliando nosso *front* de enfrentamento para reverter essa situação que infelizmente é desfavorável a todos nós no País.

Eu agradeço mais uma vez e estou à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, João. Também estou a sua disposição para fustigar o Governo do Distrito Federal em relação àquilo que se precisa copiar: boas práticas. É elementar, não precisa criar. Vamos copiar aquilo que houver de bom em outros Estados. Estou à disposição para conversar mais sobre o tema.

Com a palavra o Dr. Pedro Serafim.

O SR. PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA - Quero inicialmente acrescentar à qualificação que fiz em relação ao conteúdo, à forma, àquilo que aconteceu nesta audiência pública: eu vejo que se descortina algo bem mais amplo do que o que aconteceu aqui, logicamente por necessidade de todos os setores estarem discutindo, e buscarem, juntos, uma solução. Parabéns a todos aqueles que também estão, como o senhor, com essa bandeira, às vezes, nessa via-crúcis, mas que vai ser muito proveitosa para a sociedade, para o povo brasileiro.

Vou me reportar às questões dos internautas. A pergunta de Erasmo não se refere a agrotóxico, mas a consumo. Se a etiqueta é mudada quando a data de validade está para vencer, deve se procurar a agência da ANVISA, o órgão de fiscalização sanitária ou o PROCON e fazer a denúncia sobre esse aspecto. E estão vendendo inclusive ao setor público. Assim ele estará exercendo sua cidadania e protegendo os outros também.

Em relação à aposentadoria dos agricultores que utilizam agrotóxicos, no caso de comprovada a doença adquirida pelo produto, eu quero dizer primeiramente que há um caso paradigmático no Ceará: uma ação na Justiça do Trabalho de um trabalhador, que veio a morrer, contaminado com agrotóxico, e a família entrou com a ação. É importante dizer que houve o apoio da Universidade do Ceará e a empresa foi condenada a indenizar a família inclusive por danos morais. Ele foi contaminado com agrotóxico, trabalhava no almoxarifado da empresa.

Outros casos estão surgindo. No Maranhão já surgiu um. A Justiça do Trabalho vem condenando, até porque a empresa não toma providências.

Eu chamo a atenção dos senhores porque, historicamente, quem paga a conta é a sociedade, através da Previdência. E já é diferente isso. Até na Justiça do Trabalho trabalhamos muito, com Ministério Público, essa questão de culpa ou dolo do empregador — risco do produto, falta de providências, não aplicação de



programas, não disponibilização de equipamentos, etc... Até acho que a culpa é objetiva pessoalmente, pelo risco do produto e, logicamente, da atividade. Quando há culpa, se ele vai para o sistema da Previdência, pode até, se for aposentado, ser qualificado como acidente de trabalho, que aí é o *plus*. Ele pergunta exatamente isso. A pensão por acidente de trabalho é um pouco maior do que a comum.

Mas é importante que se diga que temos que trabalhar para que quem pague a conta seja quem contamina — é um princípio constitucional. E os trabalhadores devem ir à Justiça, ainda que se aposentem, também para buscar danos morais e materiais. Suas famílias também. Isso vai aprimorando o sistema, a proteção.

Conclamo todos a hoje, 3 de dezembro, pensar na necessidade de se criar essa rede, o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Luiz Cláudio sabe disso. Já são quase 20 fóruns. Os senhores, por favor, saiam daqui cientes de que são importantes — comunidade indígena, associações de apicultores do Cerrado. Nós precisamos instalar esse espaço. Aí vem meu desafio a João, com quem conversei no início: criar o Fórum de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Distrito Federal, que no futuro pode servir de exemplo agroecológico e produção orgânica. É um retrato maravilhoso do centro do Brasil reverberando em todos os Estados.

Eu lanço este desafio: que logo tenhamos esse fórum aqui, logicamente, com participação nos Estados. Na Bahia, em Pernambuco, a Assembleia Legislativa tem um representante, quando não é... Um Deputado do Ceará apresentou dois projetos importantes de proibição da pulverização aérea. Então, o Poder Legislativo tem assento no fórum estadual. Lanço esse desafio também aqui, no Distrito Federal.

Muito obrigado. Estou muito contente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Com a palavra o Dr. Fernando Carneiro.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Vou ser bem breve porque já são quase 3 horas. Estamos fazendo a maratona contra os agrotóxicos. Já participei de muitas audiências tanto na Câmara quanto no Senado. Houve uma muito boa no Senado, mas realmente esta é das melhores de que participei.



Cumprimento o Deputado Augusto Carvalho pela iniciativa. O alto nível deste debate honra esta Casa. Depois de muitos desafios, saímos daqui com uma agenda que implica alguns desdobramentos.

Eu gostaria de fazer um reparo. Aqui fui denominado coordenador do Grupo de Saúde Ambiente da ABRASCO. Eu fui coordenador até o Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente no ano passado, mas já não sou mais, apesar de ainda fazer parte do grupo. O atual coordenador é o Prof. Marcelo Firpo Porto do CESTE/ENSP da FIOCRUZ. Aqui estou só com o chapéu da FIOCRUZ. Quem deveria estar aqui representando a ABRASCO é a Dra. Karen, que teve um problema de última hora e infelizmente não pôde estar presente. Ela é uma das autoras do dossiê e nossa grande companheira. A Profa. Ana Elize, minha colega da UnB, também está aqui pela ABRASCO. Hoje estou aqui indicado pela Presidência da FIOCRUZ. Então, eu gostaria que fosse retirada a menção à ABRASCO, para não haver confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Desculpe. Falha nossa.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Hoje estou aqui só com meu chapéu da FIOCRUZ. A ABRASCO seria representada pela Dr. Karen, mas é representada pela Profa. Ana Elize, do Departamento de Nutrição da FIOCRUZ. A ABRASCO esteve aqui presente.

Rapidamente, eu gostaria de fazer duas observações, para não tomar muito o tempo, senão vamos começar a viver um processo de insegurança alimentar na audiência. *(Riso.)*

Luiz Cláudio lembrou muito bem que o Deputado falou do Paraquat um herbicida que é um perigo, proibido em muitos países do mundo. É o famoso lixo tóxico, proibido em 38 países e 27 da União Europeia. Só no Brasil não é proibido. A ANVISA está propondo que seja banido, só que o agronegócio está insistindo em que continue sendo utilizado. Não vou listar o tanto de dano que causa à saúde, senão vamos passar mais fome.

Eu gostaria de apelar ao Congresso Nacional e a todos que estão aqui para não deixarem passar mais um veneno que causa dano à saúde e ao ambiente. As indústrias judicializam a questão. Enquanto um baita relatório técnico da FIOCRUZ e outro da ANVISA são apresentados, as empresas contratam pesquisadores,



financiam, enrolam essa causa na Justiça por mais tempo, para continuarem lucrando e as pessoas adoecendo e o ambiente sendo contaminado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Você está querendo fazer uma pergunta sobre o glifosato?

O SR. BRUNO LOPES - Na nossa região, na Chapada dos Veadeiros, observamos que há muitos produtores orgânicos, e meia dúzia de produtores empresarias que querem usar pulverização aérea. Ao conversar com esses agricultores, em busca de diálogo, eles expõem sempre que o glifosato não tem efeito tão venenoso. Recentemente, numa loja de material de construção em Alto Paraíso foi encontrado um produto para jardinagem amadora, comprado por qualquer menor de idade. Na embalagem, embaixo, vem escrito glifosato.

Eu gostaria de dar uma resposta a esses produtores, que vêm com muitos argumentos. Eles dizem que o glifosato é usado pouco e que a quantidade não vai fazer efeito. Eles têm uma resposta muito boa, quando falam conosco. Ficamos até sem condições de responder, ante essa certeza de que o glifosato é bom. Pergunto: quando um agricultor vier com toda essa certeza, que resposta eu devo dar a ele?

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - É simples. Vou dar uma resposta curta e grossa e você vai chegar com ela na ponta da língua lá: o uso desse tipo de agrotóxico, em área urbana, é proibido. Proibido! Por quê? É necessário período de reentrada para uso de agrotóxico. Ou seja, usa-se o agrotóxico para realizar a famosa capina química: a Prefeitura, para economizar mão de obra, joga glifosato naquele matinho que nasce nos paralelepípedo, para não ter que contratar pessoas para capinar. Toda aplicação de agrotóxico tem que ser feita com isolamento da área. Como se isola o centro da cidade? Não se consegue. Então, você está caminhando, e as pessoas estão jogando agrotóxico. Isso é proibido. Luiz, isso mudou?

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Eu posso falar?

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Luiz Cláudio era o gerente da ANVISA que regulava isso.

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Está autorizado sim, Fernando.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Ah, mudou?!



O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Para jardinagem amadora está autorizada. Várias vezes questionamos e pedimos o cancelamento desses herbicidas também nas áreas internas das casas, no uso em jardins. Está suspenso o uso em espaços públicos, em parques, jardins, parques, praças e ruas.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Conseguimos isso. Não é nem proibido, está com o uso suspenso. A ideia é a proibição. É importante trazer isso a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Na residência pode!

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Fernando já explicou. É necessário tirar também o da jardinagem amadora, que continua mantido, inclusive com embalagem de 1 litro, o que não é aceito do ponto de vista da legislação interna.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Morrer em casa pode. Pelo menos, na esfera pública é proibido, mas toda a Prefeitura faz. Esse é o problema.

O SR. BRUNO LOPES - Na esfera rural a pergunta também se estende?

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Na esfera rural, existe a Profa. Nina, que coordena o *campus* da UnB Cerrado. Conhece?

O SR. BRUNO LOPES - Conheço.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - A Profa. Nina está nos pedindo ajuda. A Profa. Ana Elize, da ABRASP — Associação Brasileira de Saúde Popular, vai ajudar. Vai ser feita uma mobilização para ajudar o grupo da Chapada, para que haja um comitê da Chapada contra os agrotóxicos. A UnB vai ser um grande apoiador de vocês nessa perspectiva.

O SR. BRUNO LOPES - Nós propomos criar a primeira zona livre de transgênicos e agrotóxicos do Brasil.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Fantástico!

O SR. BRUNO LOPES - Pedimos, nesta Casa, uma força a todos vocês.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Contem com o apoio da FIOCRUZ e da ABRASCO para isso.

O SR. BRUNO LOPES - Obrigado.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - A classificação do glifosato classe III está para mudar. Como Márcia disse, ele pode ser um provável



carcinógeno humano. Não existe nada que o considere inócuo. A classificação dele está mudando. Você já pode dizer isso também para os agricultores. Há possibilidade de ele ser considerado um carcinogênico humano.

Finalizo me referindo à pergunta sobre quanto imposto as indústrias de agrotóxico destinam à recuperação do meio ambiente. Vou dizer uma coisa para vocês, o Brasil é o lugar no mundo onde a indústria de agrotóxico paga menos imposto. Quando eu era da ANVISA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Dilma não quer arrecadar mais?

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Pois é. *(Riso.)* Vou dar dois exemplos. Nos Estados Unidos, quando uma empresa vai à EPA, a agência de proteção ambiental norte-americana, registrar agrotóxicos, paga milhões. No Brasil é gorjeta! Luiz, você cobrava isso na GGTOX. Lembra os valores de cabeça, só para dar uma ideia? Compare os valores da EPA, porque não é brincadeira.

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Era 1.800,00 reais para empresas de maior porte.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Mil e oitocentos reais. Gorjeta!

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Para registrar o agrotóxico para sempre.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Para sempre! Mil e oitocentos reais para registrar o agrotóxico para sempre no Brasil. Nos Estados Unidos, quanto a Bayer paga, por alto?

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES - Se for para artigo novo, pode chegar a 600 mil dólares.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO - Seiscentos mil dólares, nos Estados Unidos! Aqui é gorjeta! Mil e oitocentos reais! E o agronegócio chora! Chora! Chora! *(Riso.)* Desculpem o termo. Como corre sangue nas veias, às vezes nos empolgamos.

Aqui do agrotóxico, na maioria dos Estados, não é cobrado imposto. Sabiam disso? A maioria dos Estados brasileiros não cobra ICMS de agrotóxicos. Trinta por cento de desconto em agrotóxico a menos. Ou seja, nós pagamos para sermos



contaminados, depois o SUS subsidia; pagamos para sermos contaminados, depois o SUS atende todos os contaminados gratuitamente. É dever do Estado.

No Ceará, o Governador assumiu o compromisso de retirar o subsídio de 30% de ICMS dos agrotóxicos, mas a briga está grande. Quando eu entreguei o dossiê da ABRASCO para o Governador Camilo Santana, com todos os participantes do Movimento Ceará Agroecológico, ele disse: *“Por mim, eu dou uma canetada agora e retiro esse subsídios do agrotóxico.”* Ele é engenheiro agrônomo, com tendências ambientalistas. Só que estava toda a equipe dele de um lado e a do movimento social do outro: *“Só que eu tenho de combinar com meu Secretário da Agricultura”*. É aquela velha história, assim como Dilma também tem de combinar com Kátia Abreu, 12 a 1, a mesma coisa. Tem que combinar com os russos, esse é o problema.

Em relação a imposto é isso. No Brasil pagamos para sermos contaminados. Esse é mais um tema para esta Casa. Mas no Congresso estão pautados mais de 20 projetos de lei para desregulamentar uma lei que está até avançada. O que está em pauta é tirar o papel da ANVISA e do Ministério do Meio Ambiente e ficar tudo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA.

Por último, quero fazer um chamado à Presidente Dilma, à luz do que já propôs o Deputado Augusto Carvalho — a grande iniciativa de aproveitar a Conferência Nacional de Saúde, e está aqui o assessor do Ministro Marcelo Castro, com quem acabei de falar —, para aproveitar este momento de comoção nacional e de defesa da democracia, ir à Conferência Nacional de Saúde fazer um gesto em defesa da vida e lançar essa semana lá o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos — o PRONARA.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Senhoras e senhores, o tema realmente é candente e nos estimula a um debate que não começou agora e que certamente não terminará tão breve.

Eu não costumo fazer eventos com apenas uma visão. Minha filha Sofia, que acabou de sair, é militante do movimento contra agrotóxicos e me disse: *“Pai, nós não temos tribuna. Pelo menos aqui hoje é o dia da comemoração do dia de luta contra agrotóxicos. Que seja pelo menos o momento de participação das pessoas que têm essa compreensão, porque é importante banir o agrotóxico da nossa vida.”*



A bancada ruralista tem seus fóruns e muito poder para expressar seus pontos de vista e interesses. Eu acho que, com a participação brilhante dos integrantes da Mesa e de vocês, que foi enriquecedora, fizemos um bom debate. Foi muito importante terem vindo representantes da bancada ruralista ao santuário dos ambientalistas, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

(Não identificado) - Aconteceu o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Aconteceu o contraditório, mesmo que não o tivéssemos organizado na Mesa. E as palavras do Sr. John, que é também produtor de soja, foram as seguintes: *“Não é possível produzir soja sem jogar veneno”*. É preciso que conheçamos a experiência dele e a de outros produtores que não estão aqui para, na prática, fazermos o contraditório.

O nosso gabinete continua à disposição para ouvir sugestões. A cada informação que chega, eu penso: *“Não é possível”*. Em Brasília não se cobra nada de ICMS para agrotóxico. Estou sabendo disso agora pelo representante do Governo do Distrito Federal. É um Governo que chegou com a promessa de posturas novas, Por isso temos de cobrar dele posições.

Agradeço mais uma vez a cada um dos integrantes da Mesa, que abrilhantaram a nossa tarde, e a vocês a paciência de estarem aqui até agora, mesmo com dificuldade para alimentação.

Por falar em almoço, tem a palavra Ana Elize.

A SRA. ANA ELIZE - Na verdade, o almoço não vai ser hoje. Não deu tempo de organizarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Pensei que seria hoje.
(Riso.)

A SRA. ANA ELIZE - Seria ótimo. Já conseguimos confirmar o lugar. Estamos organizando para o dia 13. Será um almoço com produtos orgânicos, realizado pelos assentamentos. Pedimos a colaboração no valor de 25 reais, que vai ser revertido para todos. Será no Jardim Botânico, no Centro de Excelência do Cerrado. Vamos divulgar o convite, que será feito esta semana, e o enviaremos para todos os *e-mails* cadastrados na inscrição aqui. É uma realização da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, com o apoio do Mais Cerrado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Foi lançado aqui o desafio pelo Dr. Pedro Serafim. Não existe o fórum de combate aos agrotóxicos do Distrito Federal, que tem de ser constituído.

(Não identificado) - Distrito Federal e Chapada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Aí junta todo mundo.

A partir de amanhã as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Internet, no *link Audiências Públicas*.

Muito obrigado a todos vocês. *(Palmas.)*